

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSÉ HAILTON COSTA COELHO

**FUTEBOL E POLÍTICA NO BRASIL: BASES DE MULTINOTABILIDADE E
PADRÕES DE IMBRICAÇÃO**

São Luís - MA
2017

JOSÉ HAILTON COSTA COELHO

**FUTEBOL E POLÍTICA NO BRASIL: BASES DE MULTINOTABILIDADE E
PADRÕES DE IMBRICAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís - MA

2017

José Hailton Costa Coelho

**FUTEBOL E POLÍTICA NO BRASIL: BASES DE MULTINOTABILIDADE E
PADRÕES DE IMBRICAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr. Eliana Tavares dos Reis

Universidade Federal do Maranhão

Aprovado em ___/___/___

AGRADECIMENTOS

O mestrado em Ciências Sociais foi muito importante para meu crescimento pessoal, profissional e intelectual. Sendo assim, por mais que não coloque todos os nomes aqui, eu gostaria de agradecer ao apoio de todos que, de alguma forma, puderam contribuir para o meu amadurecimento enquanto cientista social durante essa segunda etapa de formação que foi o mestrado. Assim, quero agradecer aos colegas de turma que estiverem presentes durante essa jornada: Dandara Azevedo, Samário Meireles, Marcelo Fontenelle, Romário Barros, Leandro Augusto, Lia Renata, Luzinele e Patrícia.

Gostaria de agradecer a todos os membros do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), em especial, aos seus coordenadores: Eliana Tavares dos Reis e Igor Gastal Grill.

Agradeço imensamente a Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis. Muito obrigado por participar da minha banca de qualificação e por fazer este trabalho tomar uma nova estruturação. Também gostaria de agradecer por todas as orientações que decorrem desde a graduação. Você é uma fonte de inspiração por sua competência e profissionalismo.

Ao Professor Igor Grill, que orientou este trabalho e que me orientou ao longo de anos enquanto bolsista de iniciação científica e durante o mestrado, gostaria de deixar aqui registrado todo meu apreço e admiração por ter conduzido a orientação desta dissertação de mestrado com olhar sempre muito crítico, com muita paciência, dedicação e competência. O fato de vê-lo constantemente realizando pesquisas, inspira-me, cada vez, mais seguir esta carreira, futuramente, de professor e pesquisador.

Agradeço a todos os professores e professoras do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA; do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a CAPES.

Gostaria de agradecer a pessoas que são importantes na minha vida. Portanto agradeço as senhoras Coaracy de Maria Santos Costa e Maria Santos Costa (in memoriam), e ao senhor Celso Bispo Santos Costa pelo apoio incondicional nesta caminhada e por acreditar nos meus sonhos.

Gostaria de agradecer aos amigos(as), Marcela Pimentel, Sharles Sousa, Flávia Leite, Josy Moreira, Graziela Amorim, Fernando Henrique, Paulo Victor, Almira Magalhães, Marceles Oliveira, Ronyere Sarges, Kelly Nobre, Sarah Resplandes, Josy Marciene e Maysa Oliveira pela força que me deram em momentos difíceis.

E, por último, gostaria de agradecer aos professores José Benevides, Elizabeth Coelho, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Jorge Luís Feitoza, Franklin Lopes, Fernanda Areias, Daisy Damasceno, Débora Melo, Elisene Matos, Ariel Tavares e Antônio Carlos pelos conselhos nas horas de dúvidas e por demonstrarem confiança nos meus objetivos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado expõe os principais resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) e intitulada “Futebol e Política no Brasil: bases de multinotabilidade e padrões de imbricação. Inserido na agenda de estudos em andamento no LEEPOC, acerca da indiferenciação entre as esferas sociais e a constituição de domínios marcados pela sobreposição de lógicas e registros de atuação no espaço de poder brasileiro, o trabalho em tela buscou apreender como determinados agentes combinam a liderança no mundo do futebol (presidência de clube) e da política institucional (ocupação de cargos eletivos). Do mesmo modo, procurou verificar outras inscrições associadas a estas, como atividades profissionais, culturais e associativistas, buscando caracterizar as bases das multinotabilidades dos agentes.

Palavras-chave: Política, Futebol, Elite, Multinotabilidades, Trajetórias.

ABSTRACT

This dissertation exposes the main results of a research developed in the scope of the Laboratory of Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC / UFMA) entitled "Football and Politics in Brazil: basis of multinotability and imbrications patterns. Inserted on a ongoing studies agenda in LEEPOC, about indifferenciation between social spheres and constitution of domains marked by the overlapping of logics and registers of action in the Brazilian power space, the research sought to apprehend how certain agents combine leadership in World of football (club presidency) and institutional politics (holding elective positions). In the same way, it sought to verify other inscriptions associated to these, such as professional, cultural and associative activities, seeking to characterize the basis of the multinontabilities by the agents.

Key-words: Politics, Soccer, Elite, Multinotabilities, Tractories

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - “Entradas”	51
Quadro 2 - Década de nascimento por décadas (Entrada pela política).....	52
Quadro 3 - Data de nascimento por décadas (Entrada pelo futebol)	52
Quadro 4 - Período que ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pela política).....	53
Quadro 5 - Período que ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pelo futebol)	53
Quadro 6 - Década em que foi presidente do clube de futebol (Entrada pela política).....	54
Quadro 7 - Década em que foi presidente do clube de futebol (Entrada pelo futebol).....	54
Quadro 8 - Idade por ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pela política)	55
Quadro 9 - Idade por ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pelo futebol).....	55
Quadro 10 - Idade que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente (Entrada pela política)	56
Quadro 11 - Idade que ocupou o cargo de dirigente pela primeira vez (Entrada pelo futebol).....	56
Quadro 12 - Títulos escolares e Profissionais	61
Quadro 13 - Principal ocupação (Entrada pela política)	62
Quadro 14 - Principal ocupação (Entrada pelo futebol).....	63
Quadro 15 - Primeiro curso superior concluído (Entrada pela política).....	64
Quadro 16 - Primeiro curso superior concluído (Entrada pelo futebol).....	64
Quadro 17 - Títulos de Pós-Graduação obtidos (Entrada pela política).....	66
Quadro 18 - Títulos de Pós-Graduação obtidos (Entrada pelo futebol)	66
Quadro 19 - Trajetos políticos	70
Quadro 20 - Primeiro cargo de ingresso na carreira eletiva (Entrada pela política).....	72
Quadro 21 - Primeiro cargo de ingresso na carreira eletiva (Entrada pelo futebol)	72
Quadro 22 - Maior cargo eletivo ocupado (Entrada pela política)	74
Quadro 23 - Maior cargo eletivo ocupado (Entrada pelo futebol).....	74
Quadro 24 - Tempo de mandato (Entrada pela política)	76
Quadro 25 - Tempo de mandato (Entrada pelo futebol)	76
Quadro 26 - Parentescos na política e no futebol.....	82
Quadro 27 - Ascendente com participação política (Entrada pela política).....	85
Quadro 28 - Ascendente com participação política (Entrada pelo futebol)	85
Quadro 29 - Descendente com participação política (Entrada pela política).....	86
Quadro 30 - Descendente com participação política (Entrada pelo futebol)	86
Quadro 31 - Outros parentes com participação política (Entrada pela política).....	87
Quadro 32 - Outros parentes com participação política (Entrada pelo futebol).....	87
Quadro 33 - Outros parentes que exerceram cargos no futebol (Entrada pela política).....	88
Quadro 34 - Outros parentes que exerceram cargos no futebol (Entrada pelo futebol).....	88
Quadro 35 - Inserções em organizações sindicais e outras (Entrada pela política).....	91
Quadro 36 - Inserções em organizações sindicais e outras (Entrada pelo futebol)	91
Quadro 37 - Organizações que participou (Entrada pela política).....	91
Quadro 38 - Organizações que participou (Entrada pelo futebol)	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

DEM - Democratas

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PL - Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Pacifista Brasileiro

PPR - Partido Progressista Reformador

PPS - Partido Popular Socialista

PRP - Partido Republicano Progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

UDN - União Democrática Nacional

LISTA DE CLUBES

- ABC** – (ABC Futebol Clube)
- América de natal** – (América Futebol Clube)
- America Mineiro** - (América Futebol Club)
- Atlético Goianiense** – (Atlético Clube Goianiense)
- Atlético Paranaense** – (Clube Atlético Paranaense)
- Bahia** – (Esporte Clube Bahia)
- Bragantino** – (Clube Atlético Bragantino)
- Ceará** – (Ceará Sporting Club)
- Coritiba** – (Coritiba Foot Ball Club)
- Criciúma** – (Criciúma Esporte Clube)
- Cruzeiro** – (Cruzeiro Esporte Clube)
- Flamengo** – (Clube de Regatas do Flamengo)
- Gama** – (Sociedade Esportiva do Gama)
- Grêmio** – (Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense)
- Guará** – (Clube de Regatas Guará)
- Internacional** - (Sport Club Internacional)
- JMalucelli**- (J.Malucelli Futebol S/A)
- Santa Cruz** – (Santa Cruz Futebol Clube)
- São Paulo** – (São Paulo Futebol Club)
- Vasco** - Club de Regatas Vasco da Gama)
- Vitória** – (Esporte Clube Vitória)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – POLÍTICA, FUTEBOL E SUAS INTERSECÇÕES	27
1.1– Profissionalização Política, recursos pessoais e trabalho de mediação.....	27
1.2– Constituição do campo esportivo, de empresas futebolísticas e de lideranças ligadas ao mundo do futebol	39
CAPÍTULO II – ENTRADAS NA POLÍTICA E BASES SOCIAIS	48
CAPÍTULO III – TRAJETOS E RECURSOS POLÍTICOS	69
3.1 – Carreiras.....	70
3.2 – Outras inscrições e formas de distinção.....	80
3.3 – Casos representativos de entrada pela política.....	92
3.4 – Casos representativos de entrada pelo futebol	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado expõe os principais resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) e intitulada “Futebol e Política no Brasil: bases de multinotabilidade e padrões de imbricação. Inserido na agenda de estudos em andamento no LEEPOC, acerca da indiferenciação entre as esferas sociais e a constituição de domínios marcados pela sobreposição de lógicas e registros de atuação no espaço de poder brasileiro, o trabalho em tela buscou apreender como determinados agentes combinam a liderança no mundo do futebol (presidência de clube) e da política institucional (ocupação de cargos eletivos). Do mesmo modo, procurou verificar outras inscrições associadas a estas, como atividades profissionais, culturais e associativistas, buscando caracterizar as bases das multinotabilidades dos agentes.

Este trabalho, assim como outros produzidos no âmbito do LEEPOC, visa compreender dinâmicas sociais a partir de diferentes domínios. Sustentando pensar em termos de domínios de atuação de elites, Reis e Grill afirmam a compatibilidade com três níveis de análise que são centrais a esse estudo:

1)- a *multidimensionalidade* das lógicas de ação e das práticas sociais, que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível [...] 2)- a *multiposicionalidade* passível de ser acumulada em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios* da atuação das elites, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas pelos agentes [...] com a superfície social que eles dispõem [...] 3)- e a da *multinotabilidade* que os agentes podem nutrir mediante a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc [...] germinados em processos ininterruptos de interpenetrações e osmose [...] cujo desfecho é a composição de suportes de reputação pessoal em múltiplos *domínios* e redes sociais [...] (REIS e GRILL, 2016, p.39).

Nos últimos anos, os coordenadores do LEEPOC e equipe, de forma coletiva e cumulativa, vêm testando hipóteses sobre as *notabilidades* adquiridas por agentes individuais a partir de suas *multiposicionalidades*. Sendo assim, trabalhos que exploram justaposições (CORADINI, 2012) entre

registros políticos e culturais, profissionais e políticos, religiosos e culturais, etc. (REIS E GRILL, 2015; GRILL e REIS, 2015; GRILL e REIS, 2012) permitiram, pelos recortes adotados, desvelar amálgamas entre princípios que, em outras configurações, são vistos como próprios de campos distintos. Nesse sentido, o presente trabalho se inscreve nessa agenda, que busca estudar bases de seleção e de hierarquização do espaço do poder no Brasil.

O estudo buscou apreender as relações entre a atuação como dirigentes de clubes de futebol profissional e o exercício de cargos eletivos no Brasil, almejando perceber como determinados agentes, em suas trajetórias, adquiriram posições de liderança e postos nos referidos domínios, assim como formas de combinação entre reconhecimento, prestígio, estima, etc. adquiridos a partir dessas inscrições¹.

Tentou, então, identificar presidentes e ex-presidentes de clubes de futebol que, em algum momento de suas vidas, ocuparam cargos eletivos, mapeando dirigentes de clubes da “Série A” do Campeonato Brasileiro de futebol, situados em dois períodos: o primeiro entre 1971-2002 e o segundo entre 2003-2015. Por intermédio desse expediente, foi possível a confecção de um banco de dados com o objetivo de caracterizar coletivamente os agentes estudados. Assim, esse banco de dados nos ajudou a identificar uma quantidade significativa de dirigentes de futebol que obtiveram mandatos eletivos. Em síntese, nosso primeiro intuito foi realizar um levantamento de possíveis casos com essa dupla vinculação.

Depois da construção de dois bancos de dados, levando em consideração os dois períodos investigados, chegamos a quarenta e três (43) casos que compuseram a população examinada neste trabalho. Na sequência, foram coletadas informações biográficas destes agentes a partir de um conjunto de indicadores relativos à origem social, trajetórias profissionais e escolares e outros trunfos de liderança, com o objetivo de dar conta das bases sociais e políticas que os agentes dispõem. Os dados e as trajetórias foram, enfim, comparados a partir de dois padrões de afirmação de lideranças políticas e que se mostraram significativamente díspares entre si nesse

¹ A exemplo do que foi feito por Grill (2015) para examinar o caso de Afonso Arinos.

universo: um caracterizado pela entrada via política; e o outro por intermédio do futebol.

Para entender as possibilidades de justaposições entre política e futebol no Brasil, precisamos dialogar com uma bibliografia diversa e marcada por preocupações discrepantes. O nosso foco está relacionado a um conjunto de casos que possuem algo em comum – carreiras políticas e ocupação de cargos em clubes de futebol. São agentes que apresentam experiência administrativa e política, bem como agregam uma combinação de recursos associados a uma série de domínios da vida social que nos possibilitam pensar a *multiposicionalidade* do conjunto de casos estudados. Dessa forma, o nosso universo de pesquisa é delineado a partir dessa dupla vinculação caracterizada pelas incrições na política e no futebol.

Logo, o primeiro esforço dirige-se a buscar as dimensões privilegiadas na gama de investigações que se debruçam sobre processo de seleção de elites políticas no Brasil.

Como foi explicitado, procurou-se contemplar diferentes combinações de bases sociais e políticas que possibilitaram que certos agentes chegassem a cargos políticos e à presidência de clubes de futebol. Principalmente, de que forma podem funcionar, de forma complementar e interdependente, nos percursos que se iniciam na política eletiva e são reforçados na passagem pela direção de clubes (com grandes torcidas) ou que se amparam na experiência prévia à frente de um clube para depois ascender a postos políticos.

Segundo Grill (2013, p. 228), postula-se a relevância de “explorar a potencialidade explicativa da combinação de abordagens que priorizam a análise das bases sociais do recrutamento político [e] o exame dos trunfos decorrentes dos itinerários de cargos e funções públicas ocupadas”. O que, por sua vez, torna “possível perceber a importância de se captar a multiposicionalidade dos agentes, os recursos acumulados dentro e fora da política que são reconvertidos em trunfos nos espaços de concorrência (Idem, p. 268).

A ligação de políticos com o mundo do futebol – seja como recurso prévio à carreira política ou como atividade simultânea ou complementar às funções eletivas – nos convida a refletir sobre outra noção destacada pelo

autor para a compreensão dos processos de especialização política, qual seja, a de mediação. Dialogando com Alessandro Pizzorno e com o acúmulo de trabalhos da Antropologia Política desde anos 1950, ele chama a atenção para habilidades, necessárias para políticos profissionais, de estabelecer pontes (links, comunicações e ligações) entre domínios, operar com códigos e linguagens distintas e fazer existir grupos. Enfim, para “duas dimensões imprescindíveis da atividade política [...]”. Uma: “diz respeito às tomadas de posição política com fins de atendimento às coletividades, baseadas na eficácia (especialização em conhecimentos jurídicos, de administração, habilidade para a negociação, trânsito, etc.)”. A outra: “é concernente às tarefas de constituição, preservação e reforço de coletividades, bem como à produção de símbolos de reconhecimento e de distinção das mesmas” (Idem, p. 251).

Buscando compreender a combinação de recursos que pode ser feita a partir de múltiplas posições ocupadas ao longo de trajetórias sociais e políticas, Coradini (2001, p.7) nos ajuda a compreender os “mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais” para o jogo político. Segundo ele, é necessário:

(...) compreender os mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais (...). O fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais, com base numa série de atributos sociais que podem ser lidos também como ‘qualidades pessoais’ ou de ‘liderança’, tentam legitimar essa condição de candidato. O problema começa exatamente nesse ponto, ou seja: que ‘qualidades’ ou recursos sociais têm chances de serem utilizados para tanto e para que concepções de sociedade e política apontam?”(CORADINI, 2001, p. 7).

Ele propõe utilizar indicadores de origens sociais e trajetórias no sentido de perceber quais recursos são mobilizados no universo político. No entanto, “na relação entre qualquer característica ou recurso social de origem e a ascensão, seja na esfera política ou em outra qualquer, a reconversão nunca é direta” (Coradini, 2001, p.9). Já que essas (re)conversões são dependentes de múltiplas lógicas. Seguindo sua orientação: “trata-se da possibilidade de, através do exame dos princípios de classificação e legitimação em pauta, vislumbrar as próprias concepções de sociedade e de política que podem ser, pelo menos presumidamente, eleitoralmente eficazes em determinadas condições históricas e sociais” (CORADINI, 2001, p.11).

Na mesma trilha, Bordignon (2017, p. 352) sustenta que “os recursos sociais ostentados pelos perfis biográficos dos agentes em concorrência são, ao mesmo tempo, indicadores de recrutamento e seleção de ‘elites’ e princípios de legitimação”, uma vez que “se conectam aos domínios práticos que constituem as relações entre legitimidade social e legitimidade política”.

Embora nosso recorte não privilegie um processo eleitoral específico, acreditamos que compreendendo as combinações de recursos que os agentes em pauta possuem e os diferentes usos do vínculo com o futebol podemos delinear estratégias de legitimação desses agentes. Exercício semelhante ao feito por outros autores que estudaram processos de seleção política. Especialmente, Grill (2008), que examinou a ativação das relações de parentesco variando conforme o patrimônio dos grupos familiares; e Reis (2015), que localizou o peso do uso da “militância na luta contra a ditadura” segundo o conjunto de trunfos que os protagonistas da “resistência democrática” acumularam.

Os políticos aqui estudados estão diretamente envolvidos com o domínio esportivo (antes, durante ou depois das carreiras eletivas). Ademais, as práticas esportivas (principalmente o futebol) desfrutam de apelo junto ao grande público (logo junto ao eleitorado em eleições). Por isso, tornou-se pertinente conhecer uma literatura que nos possibilitasse melhor apreender o universo do futebol como forma de identificação social e de formação de grupos sociais, constituídos a partir do pertencimento a clubes ou empresas voltados a esta modalidade esportiva. Lançamos mão, pois, de uma bibliografia que procurou discutir a *sociologia do esporte*, mostrando as contribuições de pesquisas que investigam o universo do esporte trazem para a compreensão de formas de organizações sociais e dinâmicas sociais mais amplas.

Muitos trabalhos exploraram o futebol a partir da dimensão cultural e identitária (HELAL e GORDON JÚNIOR, 1999; DAMATTA; 1994, 1982). Alguns levaram em consideração o futebol a partir da oposição: amadorismo x profissionalismo (DAMO; 2003, 2012). Outros denotaram uma estreita relação entre futebol e o universo midiático-televisivo (HELAL; 2011, SARMENTO, 2006).

Ronaldo Helal (1990) traz pertinentes reflexões sobre como a sociologia do esporte pode nos ajudar a compreender diversas formas de organização social, bem como a percepção de lógicas de constituição de identidades. Pelo futebol ser considerado a principal atividade esportiva no Brasil e, por conta disso, ser uma das principais fontes de identificações, é que concebemos este espaço como profícuo para pensarmos sua relação com outros espaços e vice-versa. Com efeito, por meio de estudos que privilegiam o esporte pode-se compreender sua relação com o domínio político, pois a prática esportiva esteve presente em diversos momentos de transformações sociais e políticas do Brasil.

A formação incipiente de um campo de estudos dedicado ao futebol ficou circunscrita, em um primeiro momento, a trabalhos que relacionam o futebol à identidade social. Contudo, foram tais pesquisas que ajudaram, posteriormente, a fortalecer esse campo de investigações que tivesse o esporte como foco de diferentes questões e em diferentes áreas do conhecimento. Acerca da sociologia do esporte como um campo de pesquisas, Gunter A. Pilz (1999) mostra que:

Como ciência ou disciplina autônoma da sociologia, a sociologia do esporte desenvolveu-se de fato apenas na segunda metade dos anos 70. É característico que ela tenha nascido, por um lado, de interesses especificamente sociológicos e, por outro, a partir de um processo de diferenciação dos interesses no próprio esporte. Esse processo continha tanto uma base prática no esporte institucional quanto uma base teórica na então nascente ciência do esporte como ciência aplicada. Dessa forma, a sociologia do esporte encontra-se no cruzamento dos interesses do esporte, da ciência do esporte e da sociologia (PILZ, 1999, p.4).

A sociologia do esporte não se constituiu como uma disciplina específica, talvez por não apresentar uma agenda sistematizada de estudos. Mas não podemos negar que, nos estudos sobre o futebol desenvolvidos no Brasil, há dimensões de análises importantes a serem destacadas e que podem fornecer pistas para estudar a relação de tal esporte com a política.

DaMatta, por exemplo, estava preocupado em caracterizar o futebol a partir da vida cotidiana à luz das grandes transformações sociais. A chegada do futebol é descrita por ele como:

O futebol é certamente o mais moderno e o que chegou no Brasil por meio de um documentado processo de difusão cultural. De fato, [...] o

futebol foi introduzido no Brasil sob o signo do novo, pois mais que um simples 'jogo', estava na lista das coisas moderníssimas: era um 'esporte'. Ou seja, uma atividade destinada a redimir e modernizar o corpo pelo exercício físico e pela competição, rigidez necessária a sua sobrevivência num admirável mundo novo – esse universo governado pelo mercado, pelo individualismo e pela industrialização. Nos primeiros anos do século, portanto no momento de sua aparição no cenário brasileiro, o futebol foi um jogo de elite. (DAMATTA, 1994, p.11).

Na sequência, o processo de vulgarização e, conseqüentemente, de popularização desse esporte, tornou-o centro de investimentos governamentais e econômicos, assim como passou a ser o esporte que concentrou maior carga de emoções (vitórias e derrotas) que os indivíduos assemelhavam à sua vida.

O gosto pelo futebol resistiu à crítica de esquerda, acadêmica ou não, à apropriação pela direita, especialmente pelas ditaduras, e até se constituiu, de 1970 para cá, em uma ocupação profissional e em um segmento em expansão da economia de mercado. Na América Latina, onde o futebol foi usado pela propaganda dos regimes antidemocráticos, justificando, em grande parte, o “denuncismo” esquerdista, o interesse por ele não diminuiu com o descrédito dos ditadores. Segue sendo a “religião leiga da classe operária”, como afirmou Hobsbawm há tempos. Isso vale inclusive para a Europa, “berço da civilização esportiva”, de onde surgiram também os hooligans, em meados dos anos 70. Na África e na Ásia, os esportes modernos eram pouco difundidos até meados do século XX. Houve, de lá para cá, um despertar generalizado, mais intenso, em que os conflitos étnicos são menores ou há mais abertura para o ocidente, respectivamente (DAMO, 2001, p.82).

No entanto, no caso do Brasil, é preciso descortinar o trabalho de representação que faz deste esporte o mais popular. Quer dizer, trata-se de desnaturalizar essa prática esportiva enquanto “essência” da nacionalidade. Assim sendo, para tal investimento, torna-se pertinente analisar agentes especializados, no intuito de investigar o trabalho de representação feito por eles como “vozes” autorizadas, que inventam e reinventam símbolos de identidade nacional. Cabe ressaltar que a identidade estabelecida com o futebol está diretamente ligada ao pertencimento a clubes. A respeito disso Damo e Ferreira (2012) ressaltam que:

A produção de identidades no espectro do clubismo é um processo mais complexo, pois equivale à construção da própria comunidade de sentimento ou, preferindo-se, de pertencimento. No espectro do nacionalismo convencional, são as nações que tendem a formar estados, enquanto que no caso do futebol, são os clubes que forjam seus aficionados. Por esta razão, os chamados ‘grandes clubes’, os que possuem extenso contingente de seguidores são, em geral,

instituições centenárias. Não basta criar um clube e expô-lo na mídia para que apareçam seguidores [...] (DAMO e FERREIRA, 2012, p. 384).

Tal fato deve ser considerado quando se pergunta sobre as interligações entre carreiras políticas e presidências de clubes de futebol.

Apesar de reconhecer a relevância da discussão precedente, tornou-se prioritário utilizar trabalhos já produzidos que tratem mais diretamente da temática desse estudo, ou seja, sobre a vinculação entre futebol (cargos de presidentes) e política institucional, no Brasil, ao longo da história recente. O que ajudou a identificar, por exemplo, quais recursos os dirigentes esportivos, situados em momentos diferentes no tempo e no espaço, acumularam ao longo de suas trajetórias, e como ocorreram as “entradas” e as passagens entre os domínios políticos e esportivos.

Cabe ressaltar, então, o trabalho sobre a chamada *bancada da bola*² do Rio de Janeiro. O estudo apresenta proximidade com a nossa pesquisa. Silva (2013) investigou como alguns políticos da câmara municipal daquele município mobilizaram recursos adquiridos a partir da notoriedade adquirida por intermédio do futebol em trunfos políticos. Para tanto, toma como eixo norteador da investigação o perfil de candidatos com pertencimento ao universo do futebol. Os resultados serão retomados no capítulo 1, pois nos ajudaram a pensar características da atividade de representação política no Brasil a partir de agentes que ostentam a ocupação de cargos de presidentes de clubes de futebol e cargos eletivos em seus currículos.

Com o intuito de aproximar outras discussões que, de alguma forma, se voltam para a nossa problemática, podemos recorrer igualmente a Cláudio Couto (2017). Este trabalho nos ajudou a ilustrar características presente na política institucional dos clubes, a partir de um estudo de caso sobre o Sport Club Corinthians Paulista. O autor enfoca em quais condições alguns agentes e grupos ficam por mais de uma década no “comando” da administração desse clube de futebol. Destaca também os mecanismos (recursos materiais e modificação de regras formais) que os mantiveram durante muito tempo à frente da entidade. O autor também sublinha relações pautadas na

²Silva (2013) usa esta expressão para fazer alusão aos dirigentes de clubes de futebol que constituem uma “frente” parlamentar.

patronagem, bem como processos de profissionalização que ocorrem simultaneamente à chamada “oligarquização”. No capítulo 1 também mobilizaremos com mais detalhes os achados da pesquisa, pois a partir dela conseguimos vislumbrar diversas características presentes na política interna dos clubes.

Em termos de operacionalização, a prosopografia foi um dos instrumentos mobilizados para a produção do banco de dados relativo ao universo pesquisado. Por meio desse recurso nos foi possível sistematizar uma gama de informações biográficas de um conjunto de agentes com vinculação no futebol (presidência de clubes) e na política institucional. Seguimos as recomendações de Charle (2006) em relação ao método prosopográfico. A construção de uma prosopografia ou biografia coletiva é uma forma de caracterizar um conjunto de agentes sociais, colocando em destaque as regularidades e as diferenças no âmbito do grupo estudado. Com efeito, essa biografia coletiva nos permitiu pensar um conjunto de agentes de modo relacional e, do mesmo modo, objetivar uma gama de recursos à luz de uma estrutura social mais ampla na qual estão inseridos.

Dessa forma, a prosopografia trata de:

Definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise (Charle, 2006, p. 41).

A constituição de uma biografia coletiva nos auxilia no trabalho de objetivação das estratégias de reprodução e do volume de recursos herdados e adquiridos pelos agentes.

O método prosopográfico é exigente quanto ao uso de múltiplas fontes para que melhor se possa construir uma biografia coletiva e, no mesmo sentido, de confrontar informações sobre os agentes pesquisados. Levando isso em consideração, podemos destacar, desde já, que a confecção do nosso banco de dados foi feita a partir de fontes que padecem de dois problemas. O primeiro refere-se ao pequeno número de bases de dados disponíveis. O segundo concerne à sobrevalorização de informações biográficas relativas à carreira política (sobretudo para aqueles agentes que chegaram aos cargos de deputado federal e senador) em detrimento de informações sobre o percurso

nos clubes. Esses obstáculos, no entanto, já indicam o quanto a ligação com o domínio político e a chegada ao topo da hierarquia colocam os agentes em evidência.

Alguns sociólogos, como Igor Grill (2003), Odaci Coradini (2001), Eliana Tavares dos Reis (2015) e Rodrigo Bordignon (2017) utilizaram o método sugerido por Charle (2006), construindo uma série de variáveis com a finalidade de formar biografias coletivas. Dessa forma, inspirado por essa técnica de pesquisa e por estes pesquisadores, iniciamos a pesquisa a partir de um conjunto de agentes que foram dirigentes de clubes de futebol da “Série A”, devido à maior possibilidade de obtenção de dados, e que tiveram mandatos eletivos, acessíveis em lista de parlamentares; justificando assim a escolha. Logo, a prosopografia foi utilizada como uma estratégia metodológica para objetivar a população estudada a partir da dupla vinculação aqui salientada. Assim, o banco de dados sobre os agentes por nós estudados procurou informações biográficas que pudessem caracterizar esse grupo levando em consideração duas dimensões: as bases sociais e os percursos políticos.

Desse modo, para mapear as informações referentes à origem social foram usadas as seguintes variáveis: data de nascimento; profissão do pai; profissão da mãe; ascendentes com participação política; descendentes com participação política; outros parentes que exerceram cargos no futebol; outros parentes com participação política; principal ocupação; outras profissões; curso superior; instituição e posse título de pós-graduação. Já a segunda dimensão foi caracterizada por intermédio das variáveis: primeiro cargo eletivo; período ou ano de eleição; último cargo eletivo; período ou ano de eleição; maior cargo eletivo ocupado; período ou ano de eleição; primeiro cargo político exercido; período ou ano; último cargo político exercido; período ou ano; outras inscrições; inserções em organizações patronais/sindicais/associativas/movimentos estudantis; data que foi presidente do clube.

Assim sendo, para contemplar as variáveis referentes às duas dimensões estudadas, utilizamos diferentes *sites* de clubes de futebol, revistas especializadas no tema, etc., assim como buscamos informações no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), no

site do Senado Federal (www.senado.gov.br), no site da Câmara dos Deputados Federais (www.camara2.leg.br) entre outros, no intuito de melhor caracterizarmos o conjunto dos casos estudados.

Para alguns casos, foram encontradas muitas informações, ao passo que para outros apresentaram-se poucas. O que pode representar o lugar que estes agentes ocupam na política brasileira, haja vista que a maior parte dos dados obtidos foi relativa à ocupação de cargos eletivos.

Assim, nos detivemos em dois recortes temporais, um entre 1971-2002 – no qual ainda não se pode observar uma padronização em relação ao número de clubes e agremiações - e outro entre 2003-2015 – no qual foi possível identificar certa regularidade no que tange à participação de clubes na chamada “elite do futebol brasileiro”. A partir deles buscamos dirigentes que também ocuparam cargos eletivos. O primeiro recorte apresentou grande quantidade de clubes (o formato do campeonato era diferente do atual e contava com muitos clubes), o que dificultou um mapeamento mais sofisticado, enquanto que no outro período foi possível realizar o mapeamento em melhores condições (adotou-se um modelo de competição com apenas 20 clubes). Dessa maneira, chegamos ao conjunto de quarenta e três (43) agentes sobre os quais foi feita a prosopografia ou biografia coletiva.

Esses 43 agentes estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, vários estados e dirigiram a maior parte dos clubes.

No que se refere às regiões, apontamos a presença de dezenove (19) agentes em clubes de futebol localizados na região Nordeste. Na região sudeste foram encontrados treze (13) agentes. A região Sul apresentou sete (7) casos. A região Centro-oeste apresentou três (3) casos. Já a região Norte apresentou um (1) caso. No que tange à distribuição por estados, observa-se que treze (13) estados apresentaram agente(s) com vinculação em presidência de clube e cargo eletivo. Os estados de Goiás e Pará apresentaram um (1) caso. O estado do Distrito Federal e do Ceará apresentaram dois (2) casos. No Paraná e em Alagoas foram encontrados três (3) casos. Já nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo foram encontrados quatro (4) casos em cada um desses estados. No estado do Rio de Janeiro, por sua vez, pode-se destacar a presença de cinco (5) agentes. Enquanto que o estado da Bahia apresentou o maior número de

agentes, totalizando oito (8). Por fim, relativamente à distribuição por clubes estão distribuídos em vinte e seis (26) clubes. Desse total de clubes, treze (13) apresentaram apenas um (1) caso: Atlético Goianiense (GO), Atlético Mineiro (MG), Bragantino (SP), Brasiliense (DF), CRB (AL), Internacional (RS), Paysandu (PA), Gama (DF), Sport (PE), Fluminense (RJ), Coritiba (PR), Corinthians (SP) e Náutico (PE). Já dez (10) clubes apresentaram dois (2) casos: ABC (AL), América de Natal (RN), América Mineiro (MG), Atlético Paranaense (PR), Flamengo (RJ), Santa Cruz (PE), São Paulo (SP), Vasco (RJ), Ceará (CE) e o Cruzeiro (MG). O Grêmio (RS) e Vitória (BA) apresentaram três (3) casos. E, por último, destacamos o clube do Bahia (BA), que apresentou quatro (4) casos.

Assim, a partir das regularidades encontradas no cruzamento das variáveis do conjunto de casos estudados, chegamos a dois padrões. Em linhas gerais, estes padrões são caracterizados por agentes que “entram” pela política (25 casos) e agentes que “entram” pelo futebol (18 casos). A constituição destes perfis é caracterizada por “bases” sociais e trajetórias políticas díspares. O que tornou possível perceber a constituição de recursos e de notabilidades obtidos a partir de transitos no mundo social, mediante os quais estes agentes acumularam recursos variados ao longo de suas biografias. Estes padrões de carreiras também nos permitiram escolher um conjunto de trajetórias para serem explorados de modo mais acurado. Desse modo, faz-se necessário uma reflexão sobre o segundo instrumento metodológico utilizado neste trabalho: a noção de trajetória.

A noção de trajetória aqui utilizada é inspirada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu (1996a, 1996b). Ao construirmos as trajetórias de alguns agentes nos colocamos sob uma constante vigilância epistemológica. Bourdieu (1996a, p.192) salienta que a biografia construída não pode ser mais que o último momento da progressão científica: “A trajetória que ela visa reconstituir define-se como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por mesmo um grupo de agentes em espaços sucessivos [...]” (BOURDIEU, 1996b). Ainda sobre a noção de trajetória:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições

substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis. Marca uma etapa de envelhecimento social que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representam a história de uma vida (BOURDIEU, 1996a, p.292).

Nesse sentido, a história individual pode ser substituída pela análise de famílias de trajetórias. Essa ideia é importante para pensarmos o acúmulo de capitais intrageracionais que não está centrado no indivíduo, mas sim numa classe de famílias em que um agente pode se apropriar (dependendo da sua origem social) durante seu deslocamento no espaço social.

Assim, podemos entender que as disposições associadas à certa origem social não se consomem senão especificando-se em função “de um lado, da estrutura dos possíveis que anunciam através das diferentes posições e tomadas de posição de seus ocupantes e, do outro lado, da posição ocupada no campo, que orienta a percepção e a apreciação desses possíveis” (BOURDIEU, 1996a, p.299). Dessa forma, buscaremos mostrar quais são os trunfos que os agentes estudados jogaram para se conformar no espaço dos possíveis e como eles se tornaram distintos nesse espaço.

Na construção de trajetória, torna-se importante perceber que a relação entre as *posições* que o agente ocupa estão diretamente ligadas ao *habitus*, enquanto sistemas de *disposições* que realizam efetivamente em relação com uma estrutura determinada de posições socialmente marcadas. É através das disposições, elas próprias mais ou menos ajustadas às posições, que se realizam determinadas potencialidades que se achavam inscritas nestas posições.

A confrontação de toda uma vida entre as posições e as disposições, entre o esforço para construir o “posto” e a necessidade de se habitar ao “posto”, com os ajustamentos sucessivos que tendem a reconduzir os indivíduos deslocados ao seu “lugar natural”, ao fim de uma série de chamadas à ordem, explica a correspondência que se observa regularmente, por mais longe que se leve a análise, entre as posições e as propriedades de seus ocupantes (BOURDIEU, 1996a, p.303).

Todos estes elementos que constituem o esquema analítico de Bourdieu são importantes para pensarmos a construção de uma trajetória. No

entanto, o baixo grau de institucionalização do espaço político em que os agentes se encontram inseridos nos leva a refletir sobre as condições de construção de trajetórias onde os agentes exercem função de mediação. Pois tais agentes estão inseridos tanto no espaço político quanto em outros (como o futebolístico), isto é, ocupando múltiplas *multiposicionalidades*.

Nessa direção, a partir da construção da trajetória de um político – Tenório Cavalcante – Mário Grynszpan (1990) apresentou como este agente acumulou vários recursos durante o seu itinerário e como ele os mobilizou para “navegar no mundo social”. É a caracterização do espaço social, ou seja, é construindo a morfologia social deste universo que entendemos as lógicas das mediações efetuadas.

Igualmente, outros trabalhos sobre trajetórias como a de Juarez Távora e José Américo de Almeida (GARCIA JÚNIOR, 2007) e Afonso Arinos³ (GRILL, 2015) nos ajudam a perceber a plasticidade que esses idiomas assumem em contextos diferentes. Logo, como indica Grill (2013, p. 240), a construção de trajetórias e a noção carreira política se apresentam, nessas situações, assim como em outras mais objetivadas, como as formas mais adequadas para capturar “as sequências de incorporação de papéis”.

Assim, levando-se em consideração as condições de pesquisa em universos empíricos ditos “periféricos”, alguns trabalhos sobre tais universos nos ajudam a perceber como a noção de trajetória é pertinente para melhor capturar e compreender como os agentes do nosso universo de pesquisa acumulam e mobilizam recursos para inserção em esferas dotadas de maior plasticidade. Dessa maneira, nos apoiamos em vários trabalhos realizados por diversos pesquisadores em diferentes períodos históricos que nos permitem perceber a morfologia social destes períodos, assim como nos permitem construir o estudo de trajetórias à luz de famílias de trajetórias que Bourdieu (1996a) salienta como sendo uma forma relevante de perceber as dinâmicas sociais e políticas ao longo do tempo. Logo, o nosso trabalho foi construído tendo tais trabalhos como principais norteadores de pesquisa.

³ São trabalhos sobre trajetórias (GRYNSZPAN, 1990; GARCIA JÚNIOR, 2007; GRILL, 2015) que abarcaram diferentes dimensões de análise e que nos inspiram a pensar como esse recurso sociológico pode nos ajudar a perceber dinâmicas mais gerais através do estudo de casos. Haja vista que a trajetória revela muito mais que simples deslocamentos no espaço social de um agente.

Todas essas discussões nos auxiliaram na construção deste trabalho, ora apresentado em forma de dissertação. São várias noções que nos ajudaram a investigar o domínio político e do futebol, por intermédio de um conjunto de casos que possuem essa dupla vinculação.

Como tal foi estruturado da maneira que segue.

O Capítulo I – Política, futebol e suas intersecções - foi feito um esforço para discutir sobre o processo de profissionalização política, bem com a formação do campo do esporte. Levou-se em consideração como se dá o exercício de representação política no contexto brasileiro e trabalhos feitos sobre o futebol que apresentaram, em seus resultados, características presentes na política institucional dos clubes.

No capítulo II - Entradas na política e “bases sociais”- buscou-se analisar o conjunto de casos estudados a partir dos dois padrões de carreira já explicitados. Nesse momento, foram analisadas os tipos de “entradas”, a obtenção de títulos escolares e profissionais e trajetórias exemplares.

O capítulo III - Trajetos e recursos políticos- teve o objetivo de comparar os dois padrões de carreira, analisando os percursos políticos e outros tipos de inscrições, recorrendo novamente a trajetórias ilustrativas.

CAPÍTULO I – POLÍTICA, FUTEBOL E SUAS INTERSECÇÕES

Este capítulo tem como objetivo discutir autores que refletem sobre o processo de profissionalização política e como isso se intensificou ao longo do tempo. Do mesmo modo, apresentamos uma discussão sobre a constituição do campo esportivo, que caracteriza a outra dimensão de atuação dos agentes aqui tratados. Levando em consideração o universo de pesquisa, torna-se necessário utilizar autores que enfatizaram, em seus trajetos acadêmicos, por um lado, as lógicas da representação política no Brasil e, por outro lado, pesquisadores que apresentaram recentes trabalhos relacionados ao esporte – principalmente o futebol – em que se pode notar a presença de elementos característicos da política em contextos pautados por relações personalizadas. Desse modo, esses dois eixos compõem a discussão teórica do capítulo.

1.1 – Profissionalização Política, recursos pessoais e trabalho de mediação

Para falar sobre o processo de profissionalização política, tomamos como base o texto a “Sociogênese da profissão política”, de Phelippeau (2001), que tem o trabalho de Norbert Elias (2006), sobre a gênese da profissão naval, como base para mostrar as condições de emergência de um pessoal especializado na política. Ele se apropria do esquema analítico elisiano que:

Na forma como foi desenvolvida por Elias, a análise das condições da emergência de agrupamentos não se confunde com a descrição da marcha constante e linear dessas unidades rumo a um grau mais elevado de perfeição. Elias chama atenção à evidenciação das configurações e das relações humanas que ela esconde, primeiro para entender como e por que nascem essas formações sociais e, em seguida, para explicar a dinâmica e as transformações que os afetam de um período a outro. (PHELIPPEAU, 2001, p.185).

Adotando uma perspectiva processual, o autor destaca as lutas entre notáveis e burgueses na configuração francesa dos séculos XIX e XX, permitindo compreender como se dá a gênese da profissão política e, ao mesmo tempo, nos ajuda a entender a ideia de carreira e de profissionalização política. Dessa forma, a noção profissionalização da política é empregada no

intuito de “designar o surgimento de novas elites políticas, cujas origens sociais mais modestas obrigavam a empregar métodos eleitorais opostos aos dos grandes notáveis” (PHELIPPEAU, 2001, p.187). Quer dizer, trata-se de uma reconfiguração no jogo político. Sendo assim, o surgimento dos profissionais não está associado como o fim dos notáveis. Já que é possível perceber que é na concorrência que os profissionais surgem, assim como os notáveis se ajustam a esta nova configuração.

Como esses indivíduos não eram dotados inicialmente de trunfos econômicos ou sociais comparáveis aos dos grandes notáveis a quem muitas vezes tinham de enfrentar ao descerem à arena eleitoral, precisavam apoiar-se em recursos de outro tipo e trabalhar para a criação, bem como para a acumulação de um crédito de um tipo novo que lhes conferisse a autoridade necessária para se envolverem com chances de sucesso na conquista de cargos eletivos [...](PHELIPPEAU, 2001, p.192).

Podemos dizer que não é somente a concorrência entre estes grupos que muda a configuração política, mas elementos como a ampliação do direito ao voto, reconhecimento jurídico da liberdade de imprensa e do direito de associação e rearranjos na organização do processo eleitoral, que também são estruturantes para a mudança de tal configuração.

No que diz respeito ao processo de profissionalização política, o autor destaca:

Na sequência, acarretando a redução da atividade eleitoral dos subprefeitos, a instalação do Segundo Império se traduzirá pelo nascimento de um *savoir-faire* definitivamente mais especializado, em outras palavras, pelo aparecimento de um pessoal de Estado equipado, treinado e predisposto a reagir, diante da abertura de um escrutínio, como profissional. (PHELIPPEAU, 2001, p.201).

Dessa forma, a profissionalização política não pode ser atribuída a indivíduos particulares. É pensando na dinâmica relacional que podemos entender o surgimento de um tipo de conhecimento eleitoral mais técnico. Sendo assim, “é a formação de um corpo de especialistas que moldam, difundem e definem habilidades práticas, e contribuem para a produção de um espaço político cada vez mais autônomo e diferenciado” (PHELIPPEAU, 2001, p.204-205).

A entrada de candidatos de origem social mais modesta nas configurações eletivas é fruto de uma reconfiguração política, mas isso não

finda com a eficácia de alguns hábitos dos notáveis. “A entrada de um pessoal parlamentar de origem modesta acaba por mostrar que a fronteira entre notáveis e profissionais tornará ultrapassada a oposição de seus estilos e de suas habilidades eleitorais” (PHELIPPEAU, 2001, p.208).

Numa perspectiva diferente de Phelippeau, mas também se dedicando ao estudo sobre o processo de profissionalização política, Daniel Gaxie (2004), com o texto “La autonomia de los representantes”, torna-se referência importante para o nosso trabalho, pois fornece elementos para entender os diferentes tipos de “entradas” na política institucional e como isso pode ser compreendido a partir das origens sociais dos políticos. Gaxie (2004) chama atenção para um tipo de político que vem de origem social elevada e ascende rapidamente a cargos hierarquicamente mais relevantes, “entram por cima”.

A oposição entre os que devem sua ascensão aos seus próprios meios e os que devem ao seu partido (ou outra organização coletiva) é uma acentuada diferença que não é nítida na realidade. Todo político se apoia nos tipos de recursos, mas cada um representa uma parte variável do volume total de recursos que é necessário para participar com êxito da política. Portanto, cada político pode ser caracterizado por uma estrutura de capitais políticos mais ou menos dominada por capitais pessoais ou coletivos. Ou seja, a atividade política pode ser mais ou menos “individual” ou “coletiva”(GAXIE, 2004, p.78).

A entrada na política, independentemente de suas diferentes modalidades, indica a inscrição numa hierarquia de postos que os políticos tentam galgar ao longo de suas carreiras. Exercer a atividade política de modo profissional requer condições que são próprias ao campo político. Logo, tempo e energia são dois requisitos inerentes à inscrição neste espaço (GAXIE, 2004; BOURDIEU, 2011).

Esta profissionalização se acentua, por outra parte, com a posição que se ocupa na hierarquia: nem todos os políticos são profissionais, mas os principais são. A atividade política de alto nível supõe uma total disponibilidade psicológica e econômica. Esta situação tende a generalizar-se. A intensificação da competência política e a ampliação das atribuições dos eleitos locais exigem uma grande liberdade. As funções de prefeito, de presidente de conselho geral ou regional são cada vez mais menos compatíveis com o exercício de uma profissão secundária, embora se cumpra em horários flexíveis (GAXIE, 2004, p.84-85).

Gaxie busca em Max Weber a referência necessária para falar da necessidade de bens materiais para o exercício da política. Mas isso não é um fim em si mesmo. Há uma dimensão simbólica que é salientada desde Bourdieu (2011). Segundo Gaxie (2004) “a luta política leva à competição por postos, mas não podemos reduzir estas lutas somente a isto. Essa é uma dimensão inevitável” (ibidem, 2004, p.87).

A empresa política é um agrupamento, animada por uma direção administrativa, fundada numa associação de todos os membros interessados na defesa de uma causa. A empresa política é também uma empresa de interesse, já que reúne todos os que estão na política e pessoalmente ligados a sua existência e êxito. A empresa política está dirigida pelos que dedicam tempo completo a essa atividade e tem vocação para ocupar em seu nome as posições de poder político. Sua preocupação por continuar consagrando-se a política e permitir que seus associados façam outro tanto, seu interesse (com diversas orientações) pelo “poder”, dominam comumente sua atitude e explica a sensibilidade particular dos responsáveis dos partidos na luta pela “conquista do poder” aqueles que põem em prática diversos recursos para a constituição de um capital político (GAXIE, 2004, p.91).

Mesmo que as práticas políticas possam ser caracterizadas por estratégias empresariais, ainda assim, os princípios ou ideologias dos partidos também contam. Mas a principal contribuição deste autor mostra-se ao revelar as condições de *entradas* na atividade profissional de representação política. Os indivíduos podem entrar, dependendo dos seus recursos, na atividade política, sem depender, necessariamente, do capital de investidura do partido. Pode-se, então, destacar, a força que o capital pessoal pode adquirir na *entrada* da atividade política (GAXIE, 2004).

Dessa forma, levando em consideração a concorrência presente no exercício de representação política, Michel Offerlé (2011), no texto “Mobilização eleitoral e invenção de cidadão”, destaca modalidades de competição política. Nesse texto, pode-se perceber como se dá o processo de constituição de um “mercado” político. Para tanto, Offerlé (2011) destaca a mobilização política como: “um conjunto de processos que permitem a criação e a manutenção de um mercado político no qual os agentes em concorrência tentam controlar bens políticos por apoios ativos ou passivos” (ibidem, p.156).

A mobilização eleitoral será compreendida como o resultado do conjunto de incitações por meio das quais os empreendedores políticos trabalham para criar o costume do voto ou reativar em seu proveito a orientação fazia o mercado político que os mecanismos da

mobilização política em sentido amplo contribuiu a generalizar. É dizer que a mobilização eleitoral pode estar excluída ou incluída num processo de mobilização política em sentido estrito. É dizer também que a mobilização política em sentido amplo é a condição de possibilidade da mobilização eleitoral, já que desta forma são criados os agentes interessados na conquista do mercado e dos agentes sociais consumidores de política interessados, ou supostamente interessados, pelos bens que se trocam neste mercado. É dizer, por fim, que os mecanismos da mobilização eleitoral contribuem em parte ao reforço periódico da mobilização e da integração política, na medida em que a oferta política se encontra multiplicada e o modo de transmissão do poder por meio do sufrágio universal é considerado legítimo (OFFERLÉ, 2011, p.156).

Cabe destacar, na mobilização eleitoral, enquanto um processo, a centralidade que os “empreendedores políticos” exerceram durante a criação de procedimentos relativos às eleições.

os mecanismos propriamente políticos que tornam possível o aumento progressivo ou repentino da mobilização. Os empresários políticos se encontram de duas maneiras: por um lado, pelo que são, pelo volume e estrutura dos capitais que podem comprometer em seu próprio nome ou tanto por porta-vozes de uma organização na concorrência política; por outro lado, pela existência ou ausência de grupos que chamem atenção e um interesse diferenciados às incitações destes empreendedores (OFFERLÉ, 2011, p.164).

As novas modalidades de concorrência política podem ser justificadas pelo surgimento de “políticos” de origem social mais modesta, com poucas chances de conquistar uma clientela e a presença de notáveis (patrocinadores), que, com a possibilidade de aglutinar maior número de “clientes”, maximizam as chances de constituir uma base de poder (OFFERLÉ, 2011).

Ao contrário, a possibilidade de aparição correlativa de um pessoal político de origem social menos elevada, incapaz de controlar recursos sociais para constituir uma clientela ou envolver relações de patrocínio, permitem também explicar as novas formas de concorrência política (OFFERLÉ, 2011, p.168).

Logo, a ausência de mercado nacionalmente “unificado” e “controlado” por marcas políticas, torna possível o surgimento de diversificada oferta local, levando em consideração o alto grau de “especialização” dos grupos sociais. Dessa maneira, grifa-se que os diferentes mecanismos de mobilização atendem a dois tipos de perfis: do “funcionário político” e do “tipo de clientela” (OFFERLÉ, 2011, p.172).

Depois de apontar para existência de uma relevante sociologia da especialização e da profissionalização políticas, com destaque para autores franceses, que demonstram como ocorre esse processo ao longo do tempo, não deixando de lado o contexto que estão observando, chamamos atenção para existência de vários trabalhos sobre representação política feitos no Brasil, no qual o nosso universo de pesquisa encontra-se situado. Por meio dessa bibliografia, ponderamos a respeito das especificidades e condições de pensarmos o trabalho de representação política em contextos chamados de “periféricos”.

Nosso ponto de partida são as observações de Coradini (1998) sobre as condições de exercício da liderança política em condições como a brasileira. Segundo ele, neste tipo de configuração prevalecem: “princípio da reciprocidade” ou do “dom”; a “personificação de qualidades”; a “concepção social hierarquizante”; a “naturalização da diferenciação entre representante e representado”; assim como o peso dos “princípios de legitimação carismática” e da “personificação dos trunfos”.

Esses elementos também foram destacados por Grill (2008), em sua investigação sobre processos de seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul:

A despeito das transformações dos padrões de recrutamento e de valorização de determinados atributos, persistem a personificação das disputas políticas e a administração do patrimônio político por cadeias de líderes-seguidores hierarquicamente estruturada e sedimentada por laços de compromissos mútuos. Logo, como decorrência, as ‘sucessões’ estão alicerçadas tanto em laços (pessoal, político, familiar, etc.) regidos por códigos de lealdade como nas estratégias em encarnar os atributos e de recriar o carisma, no sentido de reedição em um novo agente e de redefinição dos seus conteúdos (GRILL, 2008, p. 54).

Analisando o domínio político, no Brasil, com baixo grau de institucionalização, logo maior pessoalização e personificação, percebe-se maior imbricação com outros domínios da vida social (REIS e GRILL, 2016). Assim sendo, em contextos “periféricos”, o perfil político pode melhor ser apreendido atentando para maior *multidimensionalidade* que constitui este espaço. Grill (2013) enfatiza a relevância de “captar a multiposicionalidade dos agentes, os recursos, dentro e fora da política institucionalizada que são

convertidos em trunfos nos espaços de concorrência e vínculos estabelecidos, administrados e ampliados com os seguidores” (GRILL, 2013, p.268).

Bordignon (2017, p.352) discute as modalidades de entrada na carreira política. O autor chama atenção para atributos sociais que são passíveis de conversibilidade em votos. Quer dizer, trata-se de “características sociais tidas como eleitoralmente pertinentes”. Neste recente trabalho realizado, tais qualidades têm maior grau de pessoalidade.

[...] ‘atributos’ ou ‘qualidades’ pessoais indica tanto uma adesão aos princípios estruturantes e eleitoralmente pertinentes em determinadas conjunturas históricas quanto à manipulação de princípios de legitimação com vistas ao reconhecimento e às pretensões de sucesso eleitoral [...] (BORDIGNON, 2017, p.353).

Com efeito, nas situações em que prevalecem as relações pessoalizadas, as redes de mediação ganham importância para melhor compreendermos certos recursos acumulados por agentes, dentro e fora do espaço institucionalizado, que se transformam em trunfos mobilizados e que são pautados por determinados repertórios e competências (GRILL, 2013).

Desse modo, a discussão a seguir destaca o exercício da representação política e os papéis de mediação que a acompanha. De modo geral, a noção de mediação auxilia a pensarmos as possibilidades nas quais um agente pode manipular vários códigos e se constituir enquanto uma liderança, bem como destacar possibilidades de lugares em que seja possível o surgimento de indivíduos com tais características.

Kuschnir e Velho (2000) apresentam um estudo que fornece indicações do lugar que estes indivíduos ocupam no mundo social e na política. Logo, estamos nos reportando ao lugar de *mediação* que estes indivíduos exercem. Assim como vale destacar contextos que favorecem o surgimento de tais “figuras” (Kuschnir e Velho, 2000).

O repertório simbólico e o campo de relações sociais, simultaneamente, possibilitam e estimulam mudanças drásticas no desempenho dos referidos papéis. Ou seja, as mudanças de contexto e de domínio produzem situações em que o indivíduo altera de modo bastante significativo não só suas atividades no mundo prático, como sua própria auto-representação (Kuschnir e Velho, 2000, p.81)

O que garante tal lugar a esses agentes? É o acúmulo de papéis adquiridos e personificados através da passagem por diferentes mundos da

vida social. Dessa forma, a circulação por domínios distintos possibilita a constituição de competências específicas e a detenção de códigos que são adquiridos somente na circulação social. “[...] a passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de *mediador* [...]” (Kuschnir e Velho, 2000).

Karina Kuschnir (2000), ao pesquisar sobre o processo de seleção de vereadores, no Rio de Janeiro, mostra que a política assume características que vão além dos partidos, poderes e instituições. A associação entre política e cultura feita durante sua pesquisa revela a geração de identificações, de formas difusas, entre os vereadores e os eleitores. Dessa forma, a autora grifa a *troca* como uma dimensão essencial do voto. “É preciso destacar o significado das redes sociais e simbólicas que envolvem o indivíduo em todos os seus atos – inclusive aqueles diretamente relacionados à esfera política” (Kuschnir, 2000, p.31). Sublinha ainda o pertencimento a grupos.

A condição de *pertencimento* constrói-se a partir de afinidades simbólicas entre candidatos e eleitores e é fundamental para o sucesso de uma candidatura. A troca voto/mandato é apenas um momento dentro de uma cadeia de relações que se processam em torno da atividade política, que não está restrita ao período estritamente eleitoral. Após o resultado oficial das urnas, o contato entre os candidatos e eleitores se transforma, mas continua existindo dentro e fora das Casas Legislativas (KUSCHNIR, 2000, p.32).

A troca não tem um caráter instrumental. Ela revela diferentes lógicas que levam os indivíduos a votarem em um candidato. Esse fato pode ocorrer seja por contornos mais ideológicos (que tem a ver com grupos mais ou menos organizados) ou por contornos mais assistencialistas.

Dessa forma, a “representação parlamentar e da política parece estar associadas a esta conduta dos parlamentares em favor de suas bases” (BEZERRA, 1999, p.12). Quer dizer:

[...] a atuação de parlamentares como mediadores de demandas de eleitores e lideranças políticas junto aos órgãos públicos federais é um aspecto que possui tanto uma profundidade histórica quanto uma dispersão pelos vários níveis de representação (municipal, estadual e federal) (BEZERRA, 1999, p.13).

Sendo assim, diante da multiplicidade de identificações (pessoais e coletivas) que a *política* comporta, é importante perceber os princípios que

fundamentam os laços sociais, como a identificação a um clube de futebol compartilhada por candidato e eleitores.

Desse modo, em contextos com tais características, como o caso do Brasil, pode-se pensar agentes “especializados” atuando na política. Isto é, trata-se de destacar o grau de plasticidade que tal universo apresenta. No qual pode-se notar a mobilização de vários papéis desempenhados ao longo da trajetória de determinados agentes, que apresentam, por sua vez, certa capacidade de dialogar e incorporar lógicas distintas, de espaços igualmente distintos (Kuschnir e Velho, 2000). Assim, o papel do mediador está atrelado ao domínio de diferentes códigos, assim como à capacidade de atuar como intérprete da realidade social; o exercício do papel em pauta pode ser considerado em contextos em que se pode perceber a predominância de princípios estruturados em relações pessoais (Kuschnir e Velho, 2000).

A pessoalização das relações sociais assume lugar de relevo no universo ora pesquisado, pois não se trata de lógica externas à política institucional. Dessa forma, o político pode assumir características de mediador: “[...] o potencial de metamorfose do político, sua habilidade para transitar em mundos e províncias de significado com alterações drásticas de papéis e da própria apresentação do *self*, constituem a base de uma identidade dinâmica e complexa do mediador [...]” (Kuschnir e Velho, 2000, p.88).

O político, assim, apresenta-se como um especialista em mudanças de papéis. Em outros termos, poder-se-ia dizer que o papel principal do político acaba sendo, paradoxalmente, o daquele que vive permanentemente transitando entre mundos e domínios por papéis diferentes. Sua identidade, por intermédio desse conjunto de atividades, em vários planos e dimensões socioculturais, ilustra, com particular vigor, as características mais gerais de uma sociedade complexa, heterogênea, multifacetada, em permanente processo de construção (Kuschnir e Velho, 2000, p.89).

Palmeira (2010) apresenta um trabalho que nos possibilita refletir sociologicamente a respeito de algumas questões que tem como parâmetro a concepção clássica de democracia, fundada em lógicas significativamente institucionalizadas. Mas que isso, este trabalho mostra, a partir de eleições locais, formas de ordenamentos, realinhamentos, posicionamentos e reposicionamentos sociais que extrapolam tal concepção ocidental de democracia. A partir desse trabalho, a política local no Brasil pode ser

compreendida por meio dos significados sociais que pesam no processo eleitoral. Logo, o que está em jogo é o entendimento das adesões dos indivíduos a determinados “grupos” sociais e políticos. E como esses arranjos sociais e políticos estruturam a vida social dos indivíduos, assim como interagem com outras formas de sociabilidade, a exemplo do futebol.

(...) o voto tem o significado de uma adesão. O que está em jogo, para o eleitor – e a palavra serve para designar tanto aquele que está legalmente habilitado a votar quanto qualquer membro da comunidade a quem o processo eleitoral possa interessar – numa eleição não é escolher representantes, mas é situar-se de um lado da sociedade (...) (PALMEIRA, 2010, p. 18).

Enfim, como enfatiza Grill (2013, p. 250-252), o papel de mediador exige construção de grupos e identificações; mobilização da história de “comunidades”; trânsito entre domínios da vida social; atendimento de demandas mais particularísticas; e realinhamentos em espaços de clivagens variados.

Com o objetivo de ilustrar algumas características da política brasileira ressaltadas na discussão acima, em interface com o domínio do futebol, acionamos como referência um recente trabalho feito por Silva (2013), que tomou como foco a atuação de vereadores ligados à denominada *bancada da bola*, no Rio de Janeiro, entre 2008 e 2012. Contudo, atribuímos destaque à construção de trajetória da ex-vereadora Patrícia Amorim, que está presente no nosso banco de dados, para exemplificar candidatos com alguma inserção no futebol que buscam legitimidade a partir do trabalho de representação política.

A associação entre este tipo de mediação e os postulados universalizantes de atuação parlamentar está inserida num contexto de complexificação do espaço urbano da cidade, de democratização do regime político brasileiro e de fragmentação do segmento-alvo das medidas dos vereadores. Essa pluralidade de códigos, mapas e visões de mundo impõem às lideranças uma forma de intercessão de bens e recursos até certo ponto singulares, afastadas de concepções tradicionais do funcionamento do jogo político. O êxito de seus projetos reside, portanto, na capacidade de articular conexões materiais e simbólicas com os valores e a sociabilidade que fundamentam o pertencimento clubístico (SILVA, 2013, p.13).

Silva (2013) ressalta a emergência de condições em que se torna possível observar a constituição de lideranças que possuem seu maior trunfo no futebol passando a integrar a arena política propriamente dita. Desse modo,

destacamos a possibilidade que o “exercício de liderança prévia” possa ser mobilizado na conquista de votos (CORADINI, 2001).

Para ilustrar a imbricação entre inscrições no futebol e na política, reproduzimos abaixo trecho de entrevista apresentado por Silva (2013) em seu estudo, no qual a ex- parlamentar aciona suas reputações e capacidade de atuar como porta-voz, sinalizando os papéis convergentes de mediação executados em distintos domínios:

Eu sempre quis muito ser vereadora, é onde começa um histórico político. Assim como na minha vida de atleta - eu comecei sendo campeã estadual, campeã brasileira, campeã sul-americana -, senti que era importante começar do início. E o início seria propor a possibilidade de uma pessoa com uma boa imagem, com credibilidade, para somar aos quadros políticos que já existiam (...). Minha história de vida me fez ter essa paixão pela minha cidade, pelo clube que representava, pelo meu país e essa mesma paixão eu pretendo trazer para o campo político. E espero ter tantas vitórias como no campo esportivo (...). Meu trabalho sempre foi direcionado, principalmente, para as causas esportivas, para o fomento da atividade física, com o trabalho junto ao conselho regional de educação física, a melhor qualidade de vida da população. Isso significa um investimento de políticas públicas nesse setor (...). Todos os assuntos me interessam, eu tenho essa particularidade, de estudá-los todos, mas como ao longo dos últimos anos ficou muito evidente o interesse do Rio de Janeiro em sediar determinadas competições internacionais como o torneio Pan-Americano, a possibilidade de ter uma Olimpíada e uma Copa do Mundo, por uma questão de afinidade e até de entendimento com essas situações, sempre sou chamada para discutir, sempre sou apontada como uma referência nesses assuntos – Patrícia Amorim (PSDB, à época).⁴

Podemos notar que a ex-presidente do Clube de Regatas Flamengo e ex-vereadora, Patrícia Amorim, mobiliza sua atuação no esporte (no qual já havia conquistado reconhecimento pelos títulos personificados e pela gestão do clube que a distingue) como atestados da sua competência para exercer a atividade de parlamentar. Nesse sentido, ressalta-se a ativação de recursos aparentemente “externos” ao domínio político, contudo concebidos como pautados por princípios semelhantes e convergentes (ascensão lenta, imagem, credibilidade, paixão, dedicação a causas, etc.), demonstrando a plasticidade do espaço político e as ligações possíveis entre créditos pessoais e trunfos políticos. Quer dizer, estamos chamando atenção que, apesar das lógicas aparentemente discrepantes (esporte e política), pode-se perceber a partir

⁴Informações obtidas por Silva (2013) através do site: http://www.camara.rj.gov.br/riotv_verprog.php?cvd=48 em janeiro de 2013.

desse exemplo um nível de intersecção entre esses dois domínios da vida social.

Isso legitimou, então, a possibilidade de “entrada” da ex-vereadora na política institucional. Ademais, cabe ressaltar que a dedicação a projetos de leis voltadas ao esporte, a participação em comissões voltadas ao mesmo tema, bem como a dedicação para atender núcleos específicos (ligados ao esporte) caracterizam o trabalho de representação política (formal) e o trabalho de mediação (SILVA, 2013).

Pode-se notar a partir do caso da ex-nadadora, que o acesso a bens, possibilitado pelo trânsito em diferentes órgãos do Estado (por meio do exercício de representação política), e a possibilidade de “atendimento” a pessoas ou entidades privadas, caracterizaram o trabalho de representação política que a bibliografia sobre a representação política destaca (BEZERRA, 1999; GRILL, 2013; entre outros). Quer dizer, trata-se da relação entre os parlamentares com suas *bases eleitorais*. “[...] É para suas bases que o parlamentar orienta suas atividades e, por conseguinte, é de lá que obtém votações mais expressivas [...]” (SILVA, 2013, p.96).

Materiais de campanha com *slogan* que faz alusão ao esporte mostram estratégias de caráter pessoalizado. A presença de alguns jogadores de futebol profissional e de torcidas organizadas apresenta de forma mais clara os recursos mobilizados durante a campanha eleitoral da ex-vereadora. Assim como seus discursos em meios midiáticos remeteram ao seu passado como desportista, com certa experiência. E trabalhos sociais realizados em algumas zonas da cidade do Rio de Janeiro são valorizados (SILVA, 2013).

No que tange a medidas particularistas, a importância da ação em favor de seus eleitores expõe o sistema de relações de dependência mútua do exercício do mandato, fazendo parte de uma cadeia de benesses e serviços que os atores trocam entre si. Alternando entre empreendimentos de caráter amplo e restrito, as estratégias de campanha e legislativas acompanham em alguma medida as demandas de um segmento-alvo (SILVA, 2013, p.96-97).

1.2– Constituição do campo esportivo, de empresas futebolísticas e de lideranças ligadas ao mundo do futebol

Tendo em vista que o trabalho toma como foco, também, o domínio esportivo, nesta seção o esforço é feito no sentido de mostrar elementos que nos permitam vislumbrar o surgimento deste espaço. Logo, isso pode ser percebido a partir de uma perspectiva processual, que tem como objetivo buscar a gênese do campo esportivo. Para tanto, recorreremos a Elias e Duning (1992) e Bourdieu (1983) para mostrar o processo que deu origem ao esporte moderno. Assim como tentamos fazer uma discussão sobre o estreito vínculo entre o domínio esportivo e o domínio político.

Elias e Dunning (1992) dedicam seus esforços para mostrar como alguns passatempos adquiriram características de esporte, durante o século XVIII, entre as classes abastadas da Inglaterra. Os autores tentam estabelecer uma relação entre a moderação da violência nos passatempos, que primeiramente aparece entre as classes altas da Inglaterra durante o século XVIII, com as lutas que afetaram essas classes sociais em seu conjunto: “Essas tensões compõem parte de um *habitus* social e afeta o funcionamento do regime de tal natureza” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.41).

Percebemos uma afinidade, em certo sentido, entre um “regime” parlamentar e os jogos esportivos. Eles chamam atenção para “o processo de pacificação experimentado na Inglaterra durante o século XVIII e isso esteve estreitamente ligado ao seu surgimento neste país, tanto do governo parlamentar como de determinados jogos recreativos concebidos como esportes” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.43). Dessa maneira, podemos dizer que o surgimento do esporte na Inglaterra, durante o século XVIII, foi parte integrante da pacificação das classes altas deste país.

O processo não violento que os autores salientam aqui está ligado ao surgimento de novas habilidades e estratégias pacíficas. Quer dizer, trata-se do exercício do autocotrole que, além do esporte, pode ser percebido em outros setores da sociedade inglesa, inclusive no que diz respeito às funções do governo. Assim sendo, o processo de pacificação do esporte, na Inglaterra, durante o século XVIII, está atrelado ao processo de pacificação das classes. Tanto “o esporte como o parlamento nasceram no século XVIII, tipificaram a

mesma troca na estrutura de poder da Inglaterra e nos hábitos da classe que surgiram nas lutas precedentes como o grupo governante” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.55).

O texto “Como é possível ser esportivo?”, do sociólogo Pierre Bourdieu (1983), por seu turno, busca a gênese das práticas esportivas e o processo de transformação que levaram à massificação de tais práticas. Por conseguinte, achamos que buscar a gênese do esporte moderno (esporte institucionalizado) é um esforço sociológico profícuo para se desnaturalizar e buscar compreender os elementos que propiciaram a autonomia do campo esportivo.

Bourdieu (1983) opera com a noção de *campo* no exame do universo do esporte para ajudar a esclarecer as problemáticas que ele se propõe. Dessa forma, ele mostra que “a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, sua própria cronologia específica” (BOURDIEU, 1983, p.137).

Tendo em vista a gênese do esporte enquanto uma prática esportiva, o autor mostra que “a passagem do jogo ao esporte foi realizada nas escolas para as ‘elites’ da sociedade burguesa, onde os jogos populares ganham um significado e uma função parecidos com o campo da música erudita” (ibidem, p.139). Essa transformação está ligada aos exercícios corporais da “elite”, desassociados das funções dos jogos tradicionais.

É central o papel da escola nesse processo inculcando disposições de “elites”: o desinteresse em relação aos interesses materiais é percebido autor um “*ethos*”. Como, por exemplo, o *fair play*.

A constituição de um campo das práticas esportivas se acompanha da elaboração de uma filosofia política do esporte elaborada e garantida pelos aristocratas. Mesmo que o esporte seja concebido como uma escola de coragem e vontade de vencer, tem que se conformar ao *fair play*. (BOURDIEU, 1983, p. 140).

Por isso que a definição moderna de esporte é frequentemente ligada ao barão Pierre Coubertin, “é a parte integrante de uma ‘ideia moral’, de

um *ethos* das frações dominantes das classes dominantes através das instituições privadas” (ibidem, p.141).

Bourdieu (1983, p.146) destaca que “seria preciso tentar precisar a análise dos determinantes da passagem do esporte como prática de elite, reservada aos amadores, ao esporte como espetáculo produzido por profissionais e destinado ao consumo de massa”, com o reconhecimento e com a ajuda do poder público – o Estado.

É evidente que a divulgação do esporte desde as escolas de “elite” até as associações esportivas de massa, é necessariamente acompanhada tanto de uma modificação das funções que os próprios sportistas e os que os enquadram dão a prática, quanto de uma transformação da prática esportiva que vai de encontro às expectativas e exigências do público (BOURDIEU,1983, p.147).

Podemos depreender, a partir desses elementos que propiciam a massificação do esporte para as classes ou frações de classe não-dominantes, por um lado, a participação do Estado como principal figura que torna a prática esportiva acessível, por outro, a profissionalização dos agentes que o praticam e o dirigem, por intermédio da constituição de empresas.

Elias e Dunning (1992) destacam que nas sociedades altamente industrializadas, o esporte tem uma função complementar. No mesmo sentido, Bourdieu (1983) ressalta que o uso das práticas esportivas tem conotações diferentes entre as classes. Tanto Elias e Dunning (1992) como Bourdieu (1983), chamam atenção para a pacificação em relação ao esporte. E essa constatação está intimamente ligada à pacificação da vida social e à “domesticação” da vida social no espaço mais amplo. Por fim, podemos destacar o processo de autonomização do campo esportivo.

Por outro lado, alguns outros autores franceses, além de Bourdieu, também apresentam trabalhos sobre o esporte. Desse modo, torna-se pertinente apresentar qual é o lugar que este universo ocupa na França e qual é sua relação com política. Assim, segundo Jacques Defrance (2000), o exercício de atividades esportivas está relacionado a projetos sociais, educacionais e políticos. As práticas esportivas, ao longo da história, passam por diferentes fases (que pode ser caracterizado por uma simples atividade física até agentes engajados politicamente para estender ideologias aos praticantes do desporto). Durante este processo, cabe também mencionar a

atuação de diferentes agentes voltados à “neutralização” de influências políticas ou religiosas ao esporte. Desse modo, a especialização de determinados esportes constitui tal espaço como “apolítico”, mas não “neutralizado”.

Durante esta intensa fase de desenvolvimento do desporto (1950-1985) e a natureza técnica do jogo, o mundo esportivo fecha cada vez mais para o mundo exterior. Estende-se e consolida as regras, poderes e tradições. A tendência é marcada depois de 1945, numa fase em que a repressão política é uma maneira de escapar a memória de compromissos em fascismo ou colaboração. Embora esta despolitização ainda deixe espaço para formas de engajamento político, especialmente com correntes católicas e comunistas, o modelo dominante do grupo agora é especializado em um clube desportivo e bastante estreito, focado na concorrência empresarial (DEFRANCE, 2000, p.25).

Porém, apesar da aparente despolitização e da lógica empresarial que passa a prevalecer, o mesmo autor identifica a dupla relação que determinados agentes estabelecem com o esporte e com a política. Isso foi identificado a partir de uma “pesquisa biográfica que revela (...) como a maioria dos dirigentes desportivos estão envolvidos na política. Sua ‘neutralidade’ nos assuntos internacionais, juntamente com atitudes partidárias em seu próprio país, torna-se uma matriz que pode ser interpretada em termos de duplicidade [...]” (DEFRANCE, 2000, p.23). O que sinaliza para os limites da autonomização.

Na mesma linha, Lahire (2012), mesmo reconhecendo o processo de institucionalização do campo esportivo, pautado pelo processo de profissionalização e de especialização que permitiu que esse universo passasse por uma consolidação de suas normas e competências, pondera sobre a universalização da ideia de campo. Uma vez que, apesar das características específicas presentes no universo esportivo, ele assume várias relações com outros campos. Ou seja, mesmo adquirindo suas peculiaridades, a vinculação com outros universos, também competitivos, demonstra que o “mundo” esportivo não é totalmente fechado. Se fosse, “[...] não assistiríamos à entrada de clubes esportivos em ‘bolsas de valores’ e não observaríamos tampouco a invasão de lógicas publicitárias ou televisivas na organização até mesmo de determinados esportes” (LAHIRE, 2012, p.82).

Segundo Lahire (2012) a teoria dos campos, formulada por Bourdieu, ajuda na compreensão de diversas questões no âmbito das ciências sociais. No entanto, essa teoria é regional (abrange um plano da “realidade”), pois existem formas de atuação em universos, como é o caso do esporte, pouco profissionalizadas e menos marcadas pela lógica empresarial, isto é, nas quais os agentes exercem atividades paralelas (profissionalizadas ou não). O que faz o autor ressaltar que, nas configurações nacionais, há campos centrais (profissionalizados e condicionados pela lógica empresarial) e periféricos (mais ou menos integrados à lógica de funcionamento do campo central), como é o caso do esporte na França.

Essas reflexões são importantes para se pensar o universo de pesquisa que tem o futebol como uma das principais dimensões de análise. O futebol é o principal esporte em diferentes conjunturas nacionais. No Brasil, este esporte foi massificado a partir de políticas fomentadas pelo Estado e apresenta estreita ligação com a política em diferentes contextos. Talvez de forma ainda mais acentuada, tendo em vista a centralidade dos recursos político nesse contexto e a menor autonomia das esferas (REIS e GRILL, 2016). Da mesma forma, se mesmo em contextos ocidentais podem ser observados distintos níveis de profissionalização e de inculcação de uma lógica empresarial, em dinâmicas marcadas pelas relações pessoais, de patronagem e de confusão entre domínios públicos e privados, os clubes podem assumir uma face dita “moderna” (empresarial) e funcionar de forma “oligarquizada”.

Dessa forma, Damo (2003) destaca quatro modelos configuracionais no futebol brasileiro: futebol comunitário (“amador”, “de várzea”, etc.), futebol de bricolagem (improvisado, as chamadas “peladas”), futebol escolar e futebol profissional. Trabalhamos sobre o último modelo configuracional, o futebol profissional, enquanto atividade remunerada e sob alguns preceitos “institucionais” que nos fornecem condições de conceber clubes de futebol enquanto “empresas esportivas”. Uma vez que “[...] o termo profissional é identificado com predicados do mundo do trabalho e dos negócios, tais como competência, seriedade, esforço, dedicação e bom desempenho, entre outros [...]” (DAMO, 2003, p.137).

No entanto, pensar o futebol no Brasil a partir da ideia de “empresa esportiva” ao mesmo tempo em que possibilita compreender o processo de

transformação que levou à profissionalização desta prática esportiva no país, igualmente permite revelar como essas entidades permanecem perpassadas por práticas ditas “patrimoniais” e “oligárquicas”, reproduzindo comportamentos políticos e estabelecendo conexões com o domínio da política, assim como passagens para carreiras eletivas.

Ou seja, a construção de uma legislação, remuneração e estrutura organizacional são elementos para pensar, por um lado, o trânsito de agentes dentro dessa estrutura que pode ser assemelhada a uma burocracia (com destaque para uma divisão social do trabalho dentro das organizações de modo mais geral e dos clubes profissionais – de modo mais específico).

O futebol profissional caracteriza-se por um conjunto de particularidades dentre as quais três delas se destacam. A mais importante, talvez, seja a forma monopolista, globalizada e hierarquicamente organizada através da Federation Internationale de Football Association (FIFA). A FIFA e suas afiliadas - as confederações e abaixo delas as federações nacionais e, em países como o Brasil, estaduais - organizam eventos (campeonatos, torneios, copas, etc.), estabelecem normas para as relações entre os clubes e controlam a circulação dos atletas e de boa parte do comércio das imagens, as principais fontes de receita deste futebol (DAMO, 2003, p.138).

Desse modo, a ideia de “empresa esportiva” ganha relevo, pois a “intensificação da divisão do trabalho” além de promover a profissionalização dessa prática esportiva, aponta para o processo de complexificação deste esporte. Pois se nota a entrada em cena de diversos agentes técnicos em diferentes ocupações dessa “empresa clubística”. “[...] há neste meio uma expressiva rede de outras especialidades e estas podem ser segmentadas de acordo com certos princípios classificatórios em torno dos quais se produzem as diferenças, as similitudes e as lutas em relação às competências, aos interesses e às reciprocidades [...]” (DAMO, 2003, p.139).

Por outro lado, os clubes de futebol no Brasil podem se revelar domínios de controle de famílias, grupos e políticos profissionais. Nesse sentido, apresentamos um recente trabalho que evidencia a “transmissão de cargos”, longevidade de presidentes na ocupação de cargos, bem como permite perceber a condição de mediador que alguns ex-presidentes dessa agremiação esportiva exerceram. Recorremos a Cláudio Couto (2017) que, a

partir do sobre o *Sport Club Corinthians Paulista*, mostra como alguns grupos ficam por muito tempo no “comando” da administração desse clube.

Notou-se que tal longa permanência não se constituía numa exceção histórica, mas na regra. Por isto, embora o objeto principal seja o período mais recente, a pesquisa revelou que os mecanismos de conquista e manutenção do poder organizacional possuíam raízes antigas e profundas. E embora haja fatores novos, que contribuíram para a oligarquização recente (certas mudanças estatutárias), há condicionantes antigos que – inalterados – deflagraram o desenvolvimento desse processo (COUTO, 2017, p.2).

O autor também grifa que a permanência de um “grupo” (ou “oligarquia”, nos seus termos) no poder ganha uma nova roupagem a partir do processo de profissionalização do futebol. Trata-se de perceber que o processo de escolha de presidentes se institucionaliza, mas as relações pautadas na *patronagem* continuam sendo estruturantes nas relações de poder desse clube. Quer dizer, a profissionalização do futebol enquanto um esporte de “negócios” possibilitou às gestões desse clube que tivessem maior acesso a recursos. Dinâmica que se tornou crucial, segundo o autor, para “perpetuação” de “grupos” à frente da administração do Corinthians.

O trabalho sobre o *SportClube Corinthians Paulista*, feito pelo autor, pode ser ilustrativo da dimensão política presente no futebol. Assim, o trabalho de Couto (2017) nos ajuda a perceber características estruturantes da administração de um clube de futebol como “empresa esportiva”. Dessa forma, com o acentuado grau de profissionalização e com a entrada de um pessoal especializado em gestão de negócios (empresários e executivos em geral), o futebol assumiu características de uma organização empresarial. No entanto, Couto (2017) chama atenção que esse processo de institucionalização do futebol, no Brasil, ainda não alcançou o nível de “empresas futebolísticas” encontrados em outras nações. Principalmente no que tange à administração/gestão dos clubes de futebol profissionais. Logo, o autor aponta uma diretriz que muito nos ajuda a entender a semelhança entre alguns códigos presentes na política institucional dentro da administração de clubes de futebol profissionais. Assim sendo, pode-se pensar como destaca Couto (2017, p.1) na “institucionalização de uma política de patronagem”.

Destaca-se à centralidade que as “relações pessoais” adquirem na gestão e manutenção de dirigentes de clubes de futebol profissionais durante

um período de tempo considerável⁵. Acesso a bens materiais, bem como a ocupação de cargos institucionais, são possíveis fatores que possibilitam que presidentes de clubes consigam certa longevidade em seus cargos.

Contudo, dirigentes bem-sucedidos na manutenção de seu poder têm a capacidade de continuamente reforçar os instrumentos pelos quais tal manutenção se dá. Isto vale não só para os mecanismos de patronagem (mobilizando recursos materiais), como para os institucionais (modificando regras formais). A permanência à frente do clube possibilita promover mudanças nas normas que facilitam a continuidade no poder e restringem o espaço dos opositores (COUTO, 2017, p.2).

Desse modo, o trabalho recente de Couto (2017) sobre o caso Corinthians é ilustrativo para perceber como se dá a longevidade na administração de presidentes de clubes.

Naquele caso, uma das principais características desse processo é a constituição de mudanças no estatuto do clube, que permitiram seguidas candidaturas de um mesmo agente. Não obstante, pode-se destacar, ao longo do tempo, o ajustamento dessas lideranças a processos de renovação estatutária. Assim, essa *configuração* tornou possível o aprofundamento de uma política baseada na patronagem e reforçou “[...] a posição de comando e restringindo a competição política mediante uma blindagem organizacional [...]” (COUTO, 2017, p.10).

Portanto, a partir do trabalho de Couto (2017) pode-se destacar que características da atividade de representação política, sublinhada na seção anterior, também estão presentes em uma organização de um clube de futebol profissional. Nesse sentido, o destaque à política no Corinthians - baseada na *patronagem* e no *clientelismo*, na constituição de líderes exercendo atividades informais e formais e no trabalho de mediação - é um indicativo que a constituição de “grupos” reduzidos de mediadores que monopolizam e privatizam oportunidades e exercem a função de “porta-vozes” de coletividades são características que aproximam os dois domínios da vida social. Quer dizer, por meio deste trabalho, queremos enfatizar que algumas lógicas como *mediação*, transmissão e herança de poder não são fatores presentes apenas

⁵ Podemos citar a título de ilustração o nome de figuras que administraram por mais de dez (anos) um clube, como Eurico Miranda (Vasco da Gama), Marcelo Teixeira (Santos) e Mário Celso Petraglia (Atlético Paranaense) entre outros.

na política institucional. Logo, o trabalho feito por Couto (2017) sobre o caso do *Sport Clube Corinthians Paulista* nos ajudou a aproximar as lógicas vigentes no futebol (no sentido de “empresa” também pautada por relações pessoais) e na política institucional (atividade parlamentar e de atendimento personalizado).

CAPÍTULO II – ENTRADAS NA POLÍTICA E BASES SOCIAIS

Sobre as entradas na política, Offerlé (1996, p.3-4) chama atenção para uma aparente naturalização que os agentes políticos fazem de seu ingresso na carreira política. Para objetivar essa tal naturalização, cabe perceber como os novos ingressantes nos postos políticos “adaptam suas propriedades sociais aos contratos estruturantes do meio e da profissão política tendencialmente definidos sem estar fechado ou classificado. Não existem condições juridicamente codificadas que proíbe a entrada na política (exceto o direito a elegibilidade)”, mas existem “pré-requisitos que condicionam a entrada como parte integrante da competição política”. Quer dizer, a entrada na política pode ser conformada à formação, especialização ou diploma que podem ser trunfos na competição política, mas tais recursos não garantem acesso imediato as postos políticos.

Offerlé (1999, p.18) concede importância ao tratamento sociográfico das propriedades dos agentes sociais. Da mesma maneira, segundo ele, “é interessante construir a sociografia sobre agentes sociais, e igualmente torna-se fundamental para a sociologia buscar a objetivação do agente político a partir de seus atributos mais pertinentes”. A construção de indicadores usados neste trabalho buscou, seguindo as orientações de Offerlé (1999), objetivar os agentes estudados no intuito de perceber suas bases sociais. Assim, o autor destaca que a construção de indicadores é relevante, pois ajuda a perceber a “estruturação das disposições duráveis” (OFFERLÉ, 1999, p.19). Por conseguinte, o *background* social torna-se, para o autor, um elemento fundamental para compreensão da profissão política.

Acerca da importância da construção de sociografia, Grill (2013) faz um balanço de trabalhos (Offerlé, 1999; Gaxie, 1980, etc.) que se pautaram em investigar como se forma o *background* dos agentes políticos. Dessa maneira, o autor indica que para analisar a constituição de recursos dos profissionais políticos “são acionados variáveis e indicadores compatíveis com a diversidade de origens sociais, [...] de padrões de carreiras e identificações políticas/ideológicas [...]” (Grill, 2013, p.234). Desse modo, a construção de indicadores que possibilitem compreender as origens sociais e como se

constituem as carreiras políticas também revela como se dá a constituição e acumulação de recursos que podem ser acionados no domínio político. Grill (2013) também destaca que:

Uma análise acurada das propriedades sociais dos profissionais da política permite visualizar afinidades eletivas entre frações do espaço político e segmentos do eleitorado, além de trunfos mobilizáveis, ingresso de novos repertórios, tecnologias, competência e suas estratégias de legitimação eleitoral (GRILL, 2013, p.268).

A partir de outra perspectiva, mas igualmente destacando a relevância de estudar as posições sociais dos agentes, Marengo e Serna (2007) afirmam que:

Analisar as posições sociais originárias dos políticos contribui tanto para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, como para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais. (MARENCO e SERNA, 2007, p.95).

Este capítulo é dedicado à caracterização geral da população de quarenta e três (43) agentes estudados, após construção de dados que permitiu construir dimensões de análise. Dessa forma, o objetivo foi situar os agentes ora estudados com vinculação tanto na política institucional como no futebol (presidentes de clubes) de forma relacional, para que, comparativamente, pudéssemos melhor caracterizar tal população⁶.

Tal caracterização, a partir de quadros gerais, possibilitou perceber algumas polaridades em relação ao conjunto de casos. Desse modo, foram produzidas frequências com o objetivo de comparar e analisar os casos estudados a partir de dois padrões de carreira. Dessa maneira, cabe destacar em relação aos quadros gerais que os agentes do número um (1) ao número vinte e cinco (25) compõem o primeiro perfil de carreira – trata-se de agentes que foram primeiramente políticos e que ocuparam em algum momento de

⁶ Para tanto, foram feitas duas triagens, cujo objetivo foi comparar a população de 43 agentes a partir de dois períodos: 1971-2002 e de 2003-2015. Assim, a análise das frequências produzidas por períodos históricos, quando comparadas, não apresentou variações significativas entre os dois períodos. Basicamente, os “tempos” comparados apresentaram alto grau de similaridade. Assim sendo, após este teste, foi possível perceber que parcela das variáveis não mostrou diferenciação entre as populações estudadas. No entanto, algumas frequências nos permitiram caracterizar a população, de modo geral, além de apontar para a presença de dois perfis de carreiras.

suas trajetórias o cargo de presidente de clube de futebol -; já os agentes entre o número vinte e seis (26) ao número quarenta e três (43) compõem o segundo perfil de carreira – trata-se de agentes que foram primeiramente presidentes de clubes de futebol que em algum momento de suas trajetórias assumiram cargos eletivos.

Logo, apresentamos dois padrões que nos possibilitaram comparar e caracterizar algumas variáveis importantes do banco de dados confeccionado. A saber: entradas, títulos escolares e ocupações. Para cada dimensão destacada, apresentamos freqüências com a divisão dos casos de acordo com os dois padrões ressaltados no parágrafo anterior. Bem como apresentamos algumas trajetórias com o objetivo de ilustrar informações sistematizadas sobre o conjunto de casos estudados a partir de quadros.

As variáveis nos ajudaram a situar o conjunto de casos. Quer dizer, a construção dos quadros nos possibilitou uma visualização mais geral da população estudada, bem como nos levou a perceber posições ocupadas ao longo do tempo, segundo o ingresso na política e no futebol (presidentes de clube de futebol) e a obtenção de títulos escolares e profissionais. Estes aspectos são importantes sociologicamente, pois é a partir deles que percebemos, também, a constituição de uma série de recursos para o conjunto de casos ora estudado.

A primeira dimensão analisada é referente às “entradas”. O quadro foi construído a partir de cinco (5) informações: década de nascimento; década que ocupou o primeiro cargo eletivo; década que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente; idade que ocupou o primeiro cargo eletivo e idade que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente. Os quarenta e três (43) agentes estudados são caracterizados a partir de cada um desses dados que fazem parte dessa primeira dimensão.

A construção de freqüências foi feita já levando em consideração os padrões de carreira e nos ajudam a comparar os dados no sentido de perceber disparidades e tornar possível a seleção de trajetórias de agentes representativos dos dois grupos enfatizados nesta pesquisa.

Quadro 1 - “Entradas”

Nomes	Década de nascimento	Década que ocupou o primeiro cargo eletivo	Década que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente	Idade que ocupou o primeiro cargo eletivo	Idade que ocupou pela primeira vez o cargo dirigente
1-Oly Érico da Costa Fachin	1920	1950	1970	26 anos	43
2- Rui da Costa Val	1920	1950	1960	31	45
3-Aluizio Gonçalves Bezerra	1920	1950	1970	24	47
4- Aníbal Khury	1920	1950	1970	30	52
5- Raimundo Rocha Pires	1930	1950	1970	27	48
6- José de Medeiros Tavares	1930	1960	1980	30	52
7- Juvenal Juvêncio	1930	1960	1980	29	54
8- Nabi Abi Chedid	1930	1950	1950	27	27
9-Paulo Maracajá	1940	1970	1970	32	35
10-Paulo Carneiro	Sem informação	1990	1990	-	-
11-Jarbas Lima	1940	1960	2000	22	60
12-Geraldo José da Câmara Melo	1930	1970	2000	43	65
13-José Mendonça	1930	1960	2000	31	65
14-Eurico Miranda	1940	1990	2000	50	57
15-Marcelo Guimarães	1940	1990	1990	44	50
16- Arthur Guedes Tourinho	Sem informação	2000	2000	-	-
17-Luís Estêvão de Oliveira	1940	1990	2000	45	51
18-José Vasconcelos da Rocha	Sem informação	1950	2000	-	-
19-Roberto Dinamite	1950	1990	2000	38	54
20-Patricia Amorim	1960	2000	2010	31	41
21-Valdivino de Oliveira	1950	2000	2010	52	58
22-Marcelo Guimarães Filho	1970	2000	2000	25	33
23-Daniel Nepomuceno	Sem informação	2000	2010	-	-
24-Romildo Bolzan Junior	Sem informação	1980	2010	-	-
25-Rui Barbosa	1940	1980	1980	36	37
26-Laudo Natel	1920	1960	1960	42	40
27-Francisco Horta	1930	1980	1970	48	41
28-Rui Ribeiro Rosal	1930	1990	1970	52	38
29-Paulo Sérgio Paranhos	1950	1990	1970	39	26
30-Onaireves Moura	1940	1990	1980	44	36
31-Paulo Odone	1940	1990	1980	48	45
32-Alexandre G. Moreira	Sem informação	1990	1990	-	-
33-Antônio Góis	1940	2000	1990	62	46
34-César Masci	1930	2000	1990	67	54
35-Joel Malucelli	1940	2010	1990	69	51
36-Zezé Perrella	1950	1990	1990	43	39
37-Andrés Navarro Sanchez	1960	2010	2000	51	44
38-Ricardo Valois	Sem informação	2010	2000	-	-
39-Evandro Leitão	1960	2010	2000	47	41
40-Fernando Schmitd	1940	Sem informação	1970	-	-
41- Marcio Braga	1930	1980	1970	46	41
42-Agricio Braga Filho	1950	1990	1990	40	38
43-Luciano Caldas Bivar	1940	1990	1980	54	45

Os cinco dados serão analisados a partir de frequências que possibilitam analisar comparativamente os dois perfis de carreiras que são centrais neste estudo.

Quadro 2 - Década de nascimento por décadas (Entrada pela política)

Década de nascimento	Nº de casos	%
1920-1930	4	16
1930-1940	7	28
1940-1950	5	20
1950-1960	2	8
1960-1970	1	4
1970-1980	1	4
Sem informação	5	20
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 3 - Data de nascimento por décadas (Entrada pelo futebol)

Década de nascimento	Nº de casos	%
1920-1930	1	5,5
1930-1940	4	22,2
1940-1950	6	33,3
1950-1960	3	16,6
1960-1970	3	16,6
Sem informação	1	5,5
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

No intuito de mapear as décadas em que os agentes nasceram, buscamos observar, comparativamente, os períodos nos quais os agentes que “entram” pela política e agentes que “entram” pelo futebol concentram seus nascimentos. Levando em consideração as principais décadas em que se deu o nascimento dos agentes que “entram” pela política, pode-se perceber que mais 60% dos casos que compõem esse perfil nascem durante as décadas de

1920, 1930 e 1940. Já em relação ao segundo perfil, somadas as principais décadas, pode-se destacar que mais de 60% dos casos nascem nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Assim, cotejando a frequência relativa à década de nascimento, percebe-se que quanto mais se recua no tempo, há uma “tendência” a serem primeiro políticos. Por outro lado, quando mais nos aproximamos no tempo, percebe-se que há uma “tendência” a serem primeiro dirigentes de futebol.

Quadro 4 - Período que ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pela política)

Período	Nº de casos	%
1950-1960	7	28
1960-1970	4	16
1970-1980	2	8
1980-1990	2	8
1990-2000	5	20
2000-2010	5	20
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 5 - Período que ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pelo futebol)

Período	Nº de casos	%
1960	1	5,5
1970	0	0
1980	2	11,1
1990	8	44,4
2000	2	11,1
2010	4	22,2
Sem informação	1	5,5
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Observou-se no quadro 4, referente aos agentes que “entram” pela política, que o primeiro cargo eletivo se deu, principalmente, em três décadas. Desse modo, a década de 1950 [7 casos - 28%], 1990 [5 casos - 20%] e 2000 [5 casos - 20%] representam os principais períodos de ingresso dos agentes do primeiro perfil. Logo em seguida a década de 1960 [4 casos - 16%]. Enquanto que as décadas de 1970 [2 casos - 8%] e 1980 [2 casos - 8%]

apresentaram o mesmo número de casos. Cotejando as frequências relativas ao período que os agentes do primeiro perfil ocuparam o primeiro cargo eletivo, podemos dizer que seu ingresso na política institucional é caracterizado por uma distribuição de casos ao longo do tempo – ao longo de seis (6) décadas. Já quando analisamos o quinto quadro, referente aos agentes que “entram” pelo futebol, podemos destacar que quase 80% dos agentes que compõem o segundo perfil ocupam seu primeiro cargo eletivo após a década de 1990 – décadas que caracterizam a chamada “Nova República”.

Quadro 6 - Década em que foi presidente do clube de futebol (Entrada pela política)

Data que foi presidente	Nº de casos	%
1950-1960	1	4
1960-1970	1	4
1970-1980	5	20
1980-1990	3	12
1990-2000	2	8
2000-2010	9	36
2010-2020	4	16
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 7 - Década em que foi presidente do clube de futebol (Entrada pelo futebol)

Data que foi presidente	Nº de casos	%
1960	1	5,5
1970	5	27,7
1980	3	16,6
1990	6	33,3
2000	3	16,6
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

O quadro 6 mostrou que a década de 2000 foi o período em que se deu o maior número dos agentes que “entram” pela política e que foram presidentes de clube de futebol [9 casos - 36,0%]. A década de 1970 [7 casos - 20%] apresenta também um número considerável. Por outro lado, o quadro 7, referente aos que “entram” pelo futebol mostrou que 6 casos [33,3%] foram presidentes de clube de futebol na década de 1990. Mesma década que

corresponde ao primeiro cargo eletivo para grande parte dos casos dessa população. Logo, pode-se dizer que alguns dirigentes exerceram cargos de dirigente em período próximos ou mesmo simultaneamente à ocupação do primeiro cargo eletivo.

Quadro 8 - Idade por ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pela política)

Idade que ocupou o primeiro cargo eletivo	Nº de casos	%
20-25 anos	3	12
26-30 anos	6	24
31-35 anos	4	16
36-40 anos	2	8
41-45 anos	3	12
46-50 anos	1	4
51-55 anos	1	4
Sem informação	5	20
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 9 - Idade por ocupou o primeiro cargo eletivo (Entrada pelo futebol)

Idade que ocupou o primeiro cargo eletivo	Nº de casos	%
35-40 anos	2	11,1
41-45 anos	3	16,6
46-50 anos	4	22,2
51-55 anos	3	16,6
56-60 anos	-	-
61-65 anos	1	5,5
66-70 anos	2	11,1
Sem informação	3	16,6
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 10 - Idade que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente (Entrada pela política)

Idade que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente	Nº de casos	%
25-30 anos	1	4
31-35 anos	2	8
36-40 anos	1	4
41-45 anos	3	12
46-50 anos	3	12
51-55 anos	5	20
56-60 anos	3	12
61-65 anos	2	8
Sem informação	5	20
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 11 - Idade que ocupou o cargo de dirigente pela primeira vez (Entrada pelo futebol)

Idade que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente	Nº de casos	%
25-30 anos	1	5,5
31-35 anos	-	-
36-40 anos	5	27,7
41-45 anos	6	33,3
46-50 anos	1	5,5
51-55 anos	2	11,1
Sem informação	3	16,6
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Por meio do quadro 8, pode-se destacar que, entre os que entraram pela política, treze agentes (13), que somam mais de 50%, assumem o primeiro cargo eletivo antes dos 35 anos de idade. Por outro lado, o quadro 9 nos permite dizer que os agentes referentes ao segundo perfil estudado assumem seu primeiro cargo eletivo majoritariamente após os 35 anos de idade.

Através do quadro 10 pode-se chamar atenção que 56% dos agentes que compõem o primeiro padrão de carreira assumem pela primeira vez o cargo de presidente após os 45 anos de idade. Por meio do quadro 11, pode-se perceber que onze agentes [61%] da segunda população estudada ocupam pela primeira vez o cargo de presidente entre 36 e 45 anos de idade. O que delinea claramente os dois tipos de percursos. O primeiro com entrada na política em idade relativamente precoce e chegada à presidência de um

clube em idade mais avançada e quando já estão consagrados politicamente ou até afastados da política. O segundo caracterizado pela ocupação da presidência de clube na chamada “meia idade” (muitas vezes já afirmados profissional e economicamente) e posterior ativação desse prestígio para uma carreira política.

Levando em consideração a possibilidade de apresentar um caso que corresponda ao primeiro padrão, apresentamos um agente que nasceu na década de 1920, que ocupou o primeiro cargo eletivo em 1950 e que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente em 1970. Trata-se do Paranaense Anibal Khury⁷. Nascido na década de 1920, como já mencionado, e filho de comerciantes, este agente “entrou” na política institucional na década de 1950, ocupando o cargo de Vereador, pela União Democrática Nacional (UDN). Na mesma década se tornou parlamentar na Assembléia Legislativa do Paraná, onde seria eleito sucessivamente por outras legislaturas. Afastado das atividades políticas por conta do “regime” militar, em 1969, ocupou, já na década de 1970, entre 1976 e 1977, o cargo de presidente do clube de futebol profissional Clube Atlético Paranaense (PR). Já no período da chamada “redemocratização”, este agente voltou a exercer cargos políticos, primeiramente como secretário geral do Diretório Regional do Partido Progressista (PP) e, posteriormente, como secretário geral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Paraná. Ainda assumiria o cargo de Deputado Estadual por mais duas vezes na década de 1990. Sobre sua experiência administrativa como presidente do Clube Atlético Paranaense (PR), disse que: *“Qualquer político, para ser bom mesmo, tem que fazer pós-graduação em futebol!”*.⁸

Ainda tendo como base os principais indicadores do primeiro padrão de carreira, os que “entram” pela política, destacamos um agente que nasceu na década de 1930, que ocupou o primeiro cargo eletivo em 1960 e que ocupou pela primeira vez o cargo de dirigente de futebol na década de 2000.

⁷Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_Khury>, acessado em Junho de 2016.

⁸Frase retirada do *site* do Clube Atlético Paranaense: <http://www.furacao.com/historia/presidentes/khury.php>, acessado em Junho de 2016.

Trata-se do ex-Deputado Federal José Mendonça⁹. Nascido no Rio de Janeiro, em 1936, este agente obtém o título superior em Direito, pela Faculdade de Direito de Pernambuco, em 1963. Sua trajetória política tem início logo após a sua graduação, filiando-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), na década de 1960. Seu primeiro mandato eletivo ocorre em 1967, ocupando o cargo de Deputado Estadual. Cargo este que ainda ocuparia por mais duas legislaturas consecutivas. A partir da década de 1980, assumiu o cargo de Deputado Federal por diversos mandatos, a maioria sob a legenda do Partido da Frente Liberal (PFL). Já no início da década de 2000, assumiu o cargo administrativo de presidente do Santa Cruz Futebol Clube (PE), entre 2001 e 2002.

Já o terceiro caso é ilustrativo do segundo padrão de carreira: agentes que “entram” pelo futebol. Desse modo, seguindo as regularidades constatadas, evidenciamos um agente que nasceu na década de 1930, que ocupou pela primeira vez o cargo de presidente de futebol em 1970 e que teve seu primeiro cargo eletivo na década de 1990. Estamos tratando do ex-parlamentar Rui Ribeiro Rosal¹⁰. Nascido no estado da Bahia, em 1939, este agente cursou o estudo primário e secundário em escolas do próprio estado onde nasceu. Formado em Medicina, pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, na década de 1960, e com pós-graduação, torna-se presidente do clube de futebol Esporte Clube Vitória (BA), na década de 1970, no ano de 1977. Sua “entrada” na política institucional se dá na década de 1990, assumindo o cargo de Deputado Estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1991 e 1995.

Coloca-se em evidência ainda outro agente que compõe o segundo perfil de carreira. Nascido na década de 1940, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e tendo ocupado seu primeiro cargo eletivo na década de 1990, Paulo Odone¹¹ é formado em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No início de sua carreira profissional, foi professor universitário, atuando, também, no departamento jurídico e no gabinete da presidência do

⁹ Principal fonte: <<http://taquaraonline.blogspot.com.br/2011/04/morre-jose-mendonca.html>>, acessado em Junho de 2016.

¹⁰ Principal fonte: <<http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=186>>, acessado em Junho de 2016.

¹¹ Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Odone>, acessado em Maio de 2016.

Banco Meridional. Foi consultor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). No fim da década de 1980, no biênio 1987-1988, foi presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, clube no qual assumiu este cargo por cinco vezes, de forma não consecutiva. Após ser presidente, pela primeira vez, foi eleito deputado estadual, já na década de 1990. Década esta em que foi reeleito por mais dois mandatos como parlamentar de forma consecutiva. Também foi eleito, na década de 2000, vereador, no ano de 2004, pela cidade de Porto Alegre (RS). Mas voltou a ocupar uma cadeira na assembléia Legislativa de Porto-Alegrense por mais dois mandatos.

Qual seria a relação do diploma com a política? Existem profissões que podem ser facilmente compatível com o campo político? Sobre tais indagações, Offerlé (1999, p.23) diz que “que o recrutamento do pessoal político se baseia, se reproduz, se constitui e se distorce em agregados de categorias profissionais”. Dessa forma, investigar a profissão exercida é um indicador do que confere “valor a um indivíduo”.

Gaxie (2004, p.77-78) destaca a relevância de investigar as propriedades individuais dos agentes. Em certo sentido, salienta que “os recursos personificados na figura de um agente são importantes e podem auxiliar no êxito político, associando-se ao nome próprio. Trata-se de um capital de confiança e de reconhecimento ligado a imagem da pessoa”. Logo, “a atividade política pode ser mais ou menos individual ou política”.

O político pode, com o tempo, acrescentar sua notoriedade, suas relações, e seu poder sobre o partido e seus meios de financiamento pessoais. Alguns eleitores seguem votando no partido que representa, mas outros votam na figura do político. Assim como os capitais pessoais, no que se refere ao total de recursos mobilizados por um político, depende também de sua importância e da antiguidade de sua posição pessoal no partido e no meio político (GAXIE, 2004, p.80).

Seguindo a linha de argumentação de Gaxie (2004), estudar as propriedades sociais dos políticos nos ajuda a entender seu êxito na ocupação de cargos. Quer dizer, o autor destaca que o volume de capital adquirido fora da arena política permite que o político possa convertê-lo para obtenção de postos políticos. Dessa forma, a ascensão política é dada de forma diferente para os políticos. Isso tem relação direta com as origens sociais dos mesmos.

Assim, seguindo seu raciocínio, pode-se entender melhor os investimentos feitos ao longo dos trajetos políticos do conjunto de casos estudados no trabalho em tela.

O autor é importante para o nosso trabalho, também, por caracterizar a forma pela qual os recursos são obtidos a partir da origem social dos políticos. Tal característica de percurso, por sua vez, pode indicar padrões de carreira, bem como a forma de entrada dos políticos na política institucional (“entrada por cima” e “entrada por baixo”). Ou seja, a importância de estudar as propriedades sociais dos políticos torna-se estruturante para entender como os recursos personificados podem permitir acesso direto a cargos políticos.

O décimo segundo quadro foi construído com o objetivo de caracterizar, assim como os quadros anteriores, a população estudada. Esse quadro é referente à segunda dimensão estudada que tem como foco os títulos escolares e títulos profissionais adquiridos pelos agentes, visando perceber possíveis relações entre o curso superior realizado, a principal ocupação ao longo de suas trajetórias e os padrões aqui explorados.

Quadro 12 - Títulos escolares e Profissionais

Nomes:	Curso superior realizado	Principal ocupação
1- Oly Érico da Costa Fachin	Direito	Professor
2- Rui da Costa Val	Direito	Servidor público
3- Aluizio Gonçalves Bezerra	Direito	Empresário
4- Aníbal Khury	Sem informação	Sem informação
5- Raimundo Rocha Pires	Odontologia	Dentista
6- José de Medeiros Tavares	Direito	Empresário
7- Juvenal Juvêncio	Direito	Advogado
8- Nabi Abi Chedid	Direito	Advogado
9-Paulo Maracajá	Direito	Assistente jurídico
10-Paulo Carneiro	Engenharia mecânica	Engenheiro mecânico
11-Jarbas Lima	Direito	Advogado
12-Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo	Sem informação	Empresário
13-José Mendonça	Direito	Advogado
14-Eurico Miranda	Direito	Advogado
15-Marcelo Guimarães	Economia	Sem informação
16-José Arthur Guedes Tourinho	Administração de	Empresário
17-Luís Estêvão de Oliveira Neto	Sem informação	Empresário
18-José Vasconcelos da Rocha	Direito	Desembargador
19-Roberto Dinamite	Sem informação	Sem informação
20-Patricia Amorim	Sem informação	Atleta
21-Valdivino de Oliveira	Economia	Empresário
22-Marcelo Guimarães Filho	Direito	Sem informação
23-Daniel Nepomuceno	Direito	Dirigente esportivo
24-Romildo Bolzan Junior	Direito	Advogado
25-Rui Barbosa	Administração	Empresário
26-Laudo Natel	Economia	Empresário
27- Francisco Horta	Direito	Juiz
28- Rui Ribeiro Rosal	Medicina	Médico
29-Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	Administração de Empresas	Administrador de empresas
30- Onaireves Moura	Sem informação	Empresário
31-Paulo Odone	Direito	Advogado
32-Alexandre G. Moreira	Engenharia civil	Engenheiro civil
33-Antônio Góis	Sem informação	Empresário
34-César Masci	Sem informação	Sem informação
35-Joel Malucelli	Sem informação	Empresário
36-Zezé Perrella	Sem informação	Sem informação
37-Andrés Navarro Sanchez	Sem informação	Empresário
38-Ricardo Valois	Sem informação	Sem informação
39-Evandro Leitão	Ciências Econômicas	Servidor público
40-Fernando Schmitd	Direito	Professor
41- Marcio Braga	Direito	Tabelião
42-Agricio Braga Filho	Sem informação	Sem informação
43-Luciano Caldas Bivar	Direito	Empresário

Mais uma vez, evidencia-se que tais quadros nos ajudam a perceber a constituição de uma série de recursos para o conjunto de casos. A população examinada mostrou maior número de casos com título em Direito [18 casos – 41,8%]. São casos que detêm um título socialmente reconhecido. Por outro lado, os demais cursos mostram o peso de formações mais “técnicas”. Quer dizer, pelo tipo de formação obtida, trata-se de uma população com inserção escolar rara.

Este quadro também mostrou que as ocupações que apresentaram os maiores índices são: empresário [13 casos – 30,2%] e advogados [7 casos – 16,2%]. Quer dizer, a população pode ser caracterizada por agentes que estão ligados à gestão empresarial e outros por um tipo de saber com “relevância” social, além da presença de outras ocupações que mostram a heterogeneidade da mesma.

O décimo segundo quadro nos possibilita demonstrar uma segunda polarização que delinea os dois padrões, essa referente aos títulos escolares e aos títulos profissionais dos agentes estudados. Tal bifurcação é notada majoritariamente a partir de tipos de ocupações, que dividem agentes ligados ao “mundo público” e aos agentes ligados ao “mundo dos negócios”.

Quadro 13 - Principal ocupação (Entrada pela política)

Principal ocupação	Nº de casos	%
Engenheiro	1	4
Professor	1	4
Servidor público	1	4
Empresário	7	28
Dentista	1	4
Advogado	6	28
Assistente jurídico	1	4
Atleta	1	4
Dirigente esportivo	1	4
Sem informação	4	16
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 14 - Principal ocupação (Entrada pelo futebol)

Principal ocupação	Nº de casos	%
Empresário	6	33,3
Juiz	1	5,5
Médico	1	5,5
Administrador de empresas	1	5,5
Advogado	1	5,5
Engenheiro	1	5,5
Servidor público	1	5,5
Professor	1	5,5
Tabelião	1	5,5
Sem informação	4	22,2
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Ao compararmos a principal ocupação exercida no âmbito dos dois perfis, percebe-se que a ocupação de empresário é significativa em ambos. Desse modo, o quadro 13 apresentou 7 casos [28%] que exercem essa atividade profissional como sua principal ocupação. Já o quadro 14 apresentou 6 casos [33,3%], porcentagem um pouco superior. No entanto, pode-se destacar a forte presença de agentes ligados também ao “mundo do direito” entre os primeiros. Assim, trata-se de uma “tendência” para o primeiro perfil de empresários e advogados (“mundo público”). Já na segunda população, pode-se observar, através do quadro 13, forte “tendência” de empresários e agentes ligados ao “mundo dos negócios”. Essa polarização ficará mais clara quando acrescentarmos os dados sobre os títulos escolares conquistados.

Coradini (2001) trata a relação entre empresários e a política (quando analisa processo de seleção de elites e bases sociais mobilizadas em eleições) sublinhando algumas características específicas. A conversão de recursos econômicos (que não é feito de maneira direta, devido às múltiplas lógicas dos demais espaços) e a representação dos empresários é o ponto de partida para pensar o significado que essa condição pode adquirir relativamente a eleitores em potencial. Assim, pode-se destacar que os usos que decorrem da condição de empresário são múltiplos, bem como são múltiplas as vinculações com outras esferas sociais que não estão circuncritas

a organizações empresariais que podem se constituir enquanto recurso eleitoral.

Quadro 15 - Primeiro curso superior concluído (Entrada pela política)

Curso superior	Nº de casos	%
Engenharia	1	4
Direito	13	52
Odontologia	1	4
Economia	2	8
Administração de Empresas	2	8
Sem informação	6	24
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 16 - Primeiro curso superior concluído (Entrada pelo futebol)

Curso superior	Nº de casos	%
Economia	2	11,1
Direito	5	27,7
Medicina	1	5,5
Administração de Empresas	1	5,5
Engenharia civil	1	5,5
Sem informação	8	44,4
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

A partir do quadro 15, observou-se que a obtenção do título em Direito apresentou maior número de casos [13 casos - 52%] no primeiro padrão. Mais da metade da primeira população estudada são bacharéis em direito. Sendo que ainda pode-se destacar 6 casos com formação em áreas mais “técnicas”. Por outro lado, o quadro 16 nos ajudou a perceber maior distribuição dos títulos em cursos de áreas “técnicas” (Economia, Administração de Empresas e Engenharia Civil) no segundo perfil de carreira – os que “entram” pelo futebol. As informações aqui analisadas apontam para uma “tendência” dos agentes ligados ao primeiro padrão de carreira serem mais ligados ao domínio público (Direito). Enquanto que o segundo padrão de carreira apresenta uma tendência em relação à formação superior ligada à

economia e engenharias, muitas vezes instrumentalizadas para atividades empresariais .

Willemez (1999) chama atenção para a relação entre direito e família em um importante artigo intitulado “La République des avocats” e destaca que a análise de biografia dos “grandes advogados” fora dos seus contextos sofre o efeito de amnésia.

Esta forma de pensar, que consiste em ver na “eloquência” a única qualidade, o único elemento que permite aos advogados de ter sucesso na política leva a eliminar as condições sociais e políticas do sucesso (origem social, redes, amizades...) e mascara outros universos sociais onde se adquirem também formas de competência política (WILLEMEZ, 1999, p.207).

Tal amnésia corrobora para uma “naturalização” dos advogados como aptos à política institucional, negligenciando as condições objetivas para o exercício de profissionais do direito na esfera política. Assim, o autor avança a hipótese acerca da entrada de agentes pertencentes a grupos profissionais que “[...] jogam com essa dupla qualidade, individual e coletiva, por participar da construção de um espaço político autônomo onde eles poderão investir seus recursos profissionais [...]” (WILLEMEZ, 1999, p.219).

Observa-se a partir dos quadros acima a afirmação desses profissionais do direito no espaço político, aliando competências e saberes que tem reconhecimento social. Quer dizer, trata-se de recursos diretamente associados às origens sociais e ao pertencimento desse conjunto de casos com a detenção do diploma em direito a “famílias” estabelecidas social e/ou politicamente. Isso será analisado no capítulo seguinte. Grill (2007) ao analisar “família de políticos” com notoriedade no mundo do direito enfatizou o peso desse capital nas trajetória de alguns políticos do Rio Grande do Sul e constatou que tanto o parentesco, como formação jurídica, podem constituir-se em bases sociais passíveis de “reconversão” em recursos políticos e eleitorais. Trata-se de perceber, segundo o autor, o acionamento de recursos consolidados fora do domínio político, mas com igual peso naqueles conquistados dentro do espaço político.

Aqueles que ascendem e afirmam-se social e politicamente acionam trunfos e lógicas semelhantes aos que se estabeleceram

anteriormente. Já aqueles que são submetidos à concorrência dos novos protagonistas originários de distintos segmentos sociais são conduzidos a um processo de seleção endógena e de especialização na política. Tanto em um caso como no outro, os laços de parentesco entre 'homens políticos' e os títulos escolares legitimam as posições políticas e as modalidades de atuação que compõem o modelo de condutas que pretendem encarnar e consolidar (GRILL, 2007, p.108).

Assim, percebe-se que a obtenção do título em Direito faz parte de uma série de investimentos que possibilitam afirmação em diferentes domínios da vida social. Dessa maneira, pode-se pensar no processo de concorrência pautado por um exercício de dominação no domínio político alicerçada em outras modalidades de dominação econômica e social (WILLEMEZ, 1999; GRILL, 2007).

Quadro 17 - Títulos de Pós-Graduação obtidos (Entrada pela política)

Possui título de pós-graduação	Nº de casos	%
Sim	2	10,3
Não	17	65,5
Não se aplica	6	24,1
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 18 - Títulos de Pós-Graduação obtidos (Entrada pelo futebol)

Possui título de pós-graduação	Nº de casos	%
Sim	4	20
Não	6	33,3
Não se aplica	8	46,6
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Como destacado neste capítulo, a população dos agentes que “entram” pela política tendem a possuir maior relação com o “mundo” do direito. Estes agentes apresentam menor “tendência” à obtenção de títulos de pós-graduação. Por outro lado, para o segundo grupo, percebe-se que percentual é dobrado em relação a títulos de pós-graduação. Sendo assim, pode-se observar, mais uma vez, que a segunda população, dos agentes que “entram” pelo futebol, tende, com mais frequência, a investir em títulos que atestem “conhecimentos técnicos” e que sejam trunfos importantes para aquisição de outro tipo de “notabilidade”. Assim, observou-se maior tendência desses

agentes na obtenção de títulos de pós-graduação. Dessa maneira, dada às diferenças numéricas das populações estudadas, a obtenção de um título de pós-graduação continuou sendo algo “raro” para as ambas.

Buscando caracterizar essa segunda dimensão estudada, apresentamos, inicialmente, um caso referente ao primeiro padrão de carreira. Com formação no “mundo” do direito, tendo como principal ocupação atividade de consultor jurídico, destacamos a trajetória do ex-vereador Daniel Nepumuceno¹². O agente em destaque vem de uma “família” de juristas. Seu pai, José Nepomuceno, foi desembargador e sua irmã é advogada. Com título obtido em Direito, pelo Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte, na década 2000, e com pós-graduação em Ciências Políticas, obtida pela Universidade de Barcelona, na mesma década, tornou-se consultor jurídico em um empreendimento de advocacia familiar. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2008, foi eleito vereador, pela cidade de Belo Horizonte, com votação expressiva. Na legislatura subsequente, elegeu-se novamente para o cargo de vereador. Mandato este que desempenhava simultaneamente ao cargo de vice-presidente do clube de futebol Clube Atlético Mineiro (MG). Em 2014, após ser vice-presidente, tornou-se presidente deste clube, cujo prazo para sua gestão se estende até o ano de 2018. Em entrevista concedida a uma revista de Belo Horizonte, em que foi perguntado sobre a relação entre o cargo de presidente de futebol do Clube Atlético Mineiro e a atividade de representação política, ele ressaltou que: “Dá para conciliar. Eu abri mão de concorrer a deputado estadual justamente para ter meu tempo mais dedicado ao Atlético”¹³.

Por outro lado, por intermédio de outra trajetória apresentamos um perfil referente ao segundo padrão de carreira. Essa trajetória apresenta maior peso na formação de cunho mais “técnico”. Trata-se de Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães¹⁴. Natural de Salvador, Bahia, cursou tanto os estudos primários como os estudos secundários em duas escolas diferentes de Salvador. Obteve o título superior em Administração de Empresas, através da Escola de

¹² Principal fonte: <<http://www.danielnepomuceno.com.br/perfil>>, acessado em Maio de 2016.

¹³ Trecho retirado de uma entrevista concedida a uma revista de expressiva circulação mineira: <http://revistaviverbrasil.com.br/plus/modulos/listas/?tac=noticias-ler&id=484#.WX45EljyIU> >, acesso em junho de 2017.

¹⁴ Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Magalh%C3%A3es>, acessado em Junho de 2016.

Administração de Empresas de Salvador, na década de 1970. Na mesma década investiu na especialização em Administração Hospitalar pela Universidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Logo após, ainda na mesma década, assumiu o cargo de presidente do Esporte Clube Vitória, clube de futebol profissional baiano. Já na década de 1990, assumiu seu primeiro cargo de parlamentar através do Partido da Frente Liberal (PFL), entre 1991 a 1995. Sendo eleito novamente no pleito seguinte. No fim da década de 1990 ainda seria eleito Deputado Federal, reeleito posteriormente.

CAPÍTULO III — TRAJETOS E RECURSOS POLÍTICOS

Orientado pela divisão entre dois padrões de carreira trabalhados no capítulo anterior - agentes que foram primeiramente políticos e que ocuparam em algum momento de suas trajetórias o cargo de presidente de clube de futebol - e o segundo - agentes que foram primeiramente presidentes de clubes de futebol que em algum momento de suas trajetórias assumiram cargos eletivos – damos continuidade à análise destacando outras variáveis.

Desse modo, os quadros mais gerais apresentam também a divisão a partir destes dois grupos – do número um (1) ao vinte e cinco (25) são agentes referentes ao primeiro perfil de carreira – os que “entram” pela política. Já do número vinte e seis (26) ao número quarenta e três (43) são agentes com relação ao segundo perfil de carreira – os que “entram” pelo futebol.

Assim sendo, este capítulo apresenta como foco principal a análise dos trajetos e recursos políticos dos dois perfis de carreira ora estudados. Na sequência, se pretende apreender, a partir da construção de quadros, a constituição de outras “bases” e o investimento em distintas inscrições. Para tanto, no primeiro momento, serão enfocados os diferentes tipos de posições políticas ocupadas pelos agentes que compõem os dois perfis de carreiras, por meio da mobilização de indicadores como: primeiro cargo de ingresso na carreira eletiva; último cargo eletivo ocupado e tempo de mandato.

3.1 – Carreiras

Quadro 19 - Trajetos políticos

Nomes	Primeiro cargo eletivo	Último cargo eletivo	Tempo de mandato
1- Oly Érico da Costa Fachin	Vereador	Deputado federal	8 anos
2- Rui da Costa Val	Vereador	Deputado estadual	+13 anos
3- Aluizio Gonçalves Bezerra	Deputado estadual	Deputado federal	+13 anos
4- Anibal Khury	Deputado estadual	Deputado estadual	+13 anos
5- Raimundo Rocha Pires	Prefeito	Deputado estadual	+13 anos
6- José de Medeiros Tavares	Deputado estadual	Vice-governador	+13 anos
7- Juvenal Juvêncio	Deputado estadual	Deputado estadual	4 anos
8- Nabi Abi Chedid	Vereador	Deputado estadual	+13 anos
9-Paulo Maracajá	Vereador	Deputado estadual	+13 anos
10-Paulo Carneiro	Vereador	Deputado estadual	12 anos
11-Jarbas Lima	Vereador	Deputado federal	+13 anos
12-Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo	Vice-Governador	Senador	+13 anos
13-José Mendonça	Deputado estadual	Deputado federal	+13 anos
14-Eurico Miranda	Deputado federal	Deputado federal	8 anos
15-Marcelo Guimarães	Deputado estadual	Deputado estadual	+13 anos
16-José Arthur Guedes Tourinho	Deputado estadual	Deputado estadual	4 anos
17-Luís Estêvão de Oliveira Neto	Deputado distrital	Senador	12 anos
18-José Vasconcelos da Rocha	Vice-prefeito	Deputado estadual	10 anos
19-Roberto Dinamite	Vereador	Deputado estadual	+13 anos
20-Patricia Amorim	Vereadora	Vereadora	12 anos
21-Valdivino de Oliveira	Vice-prefeito	Vice-prefeito	8 anos
22-Marcelo Guimarães Filho	Vereador	Deputado federal	10 anos
23-Daniel Nepomuceno	Vereador	Vereador	8 anos
24-Romildo Bolzan Junior	Vereador	Prefeito	+13 anos
25-Rui Barbosa	Deputado estadual	Deputado estadual	4 anos
26-Laud Natel	Vice-Governador	Governador	6 anos
27-Francisco Horta	Deputado estadual	Deputado estadual	4 anos
28-Rui Ribeiro Rosal	Deputado estadual	Deputado estadual	4 anos
29-Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães	Deputado estadual	Deputado federal	+13 anos
30-Onaireves Moura	Deputado federal	Deputado federal	4 anos
31-Paulo Odone	Deputado estadual	Deputado estadual	+13 anos
32-Alexandre G. Moreira	Vereador	Vereador	4 anos
33-Antônio Góis	Prefeito	Prefeito	4 anos
34-César Masci	Suplente (vereador)	Suplente (vereador)	4 anos
35-Joel Malucelli	Suplente do senador Álvaro dias	Suplente do senador Álvaro dias	8 anos
36-Zezé Perrella	Deputado federal	Senador	12 anos
37-Andrés Navarro Sanchez	Deputado federal	Deputado federal	4 anos
38-Ricardo Valois	Vereador	Vereador	4 anos
39-Evandro Leitão	Deputado estadual	Deputado estadual	8 anos
40-Fernando Schmitd	Vereador	Vereador	4 anos
41- Marcio Braga	Deputado federal	Deputado federal	8 anos
42-Agrício Braga Filho	Deputado distrital	Deputado distrital	6 anos
43-Luciano Caldas Bivar	Deputado federal	Deputado federal	4 anos

Por meio do quadro acima, pode-se observar, a partir do primeiro indicador, que o cargo de ingresso na carreira eletiva da população estudada apresenta maior percentual via o cargo de Deputado Estadual, que contabilizou 15 casos [34,8%], enquanto que o cargo de Vereador pontuou 14 casos [32,5%]. Assim sendo, podemos dizer, de modo geral, que a entrada em cargos eletivos mostrou predominância de “entradas por baixo”.

Trata-se, então, de dois tipos de carreiras: agentes que “entram por cima” e agentes que “ascendem” paulatinamente a cargos mais importantes na hierarquia da política institucional. Em relação à “entrada por cima”, é possível perceber, por meio do quadro dezenove (19), agentes que ingressam “por cima” distribuídos em três cargos,: Deputado Federal [6 casos – 13,9%], Vice-Governador [2 casos – 4,6%] e Suplente de Senador [1 caso – 2,3%]. O segundo tipo é caracterizado por meio do cargo de ingresso e do último cargo ocupado. Nesse caso, o cargo de Deputado Estadual apresentou 15 casos [34,8%] enquanto que o cargo de Vereador apresentou 14 casos [31,5%]. Desse modo, quando observamos o último cargo ocupado, percebe-se que o último cargo eletivo exercido por dezessete (17) agentes da população estudada assumiram o cargo de deputado estadual [39,5%]. Enquanto que o cargo de Deputado Federal foi o último cargo ocupado por doze (12) agentes [27,9%]. Dessa maneira, pode-se dizer, de modo geral, que, ao compararmos o cargo de ingresso na carreira eletiva com o último cargo eletivo, houve uma “ascensão” hierárquica no que tange à ocupação de cargos.

Já em relação ao indicador referente ao tempo de mandato, o quadro mostra que quinze (15) agentes exerceram treze (13) anos ou mais de atividade eletiva [34,8%]. Enquanto que treze (13) agentes exerceram até quatro (4) anos de atividade política [30,2%]. A partir dessa informação podemos dizer que há uma discrepância em relação à própria maneira de atuar na atividade política. Já que se percebe que o tempo de exercício em cargos eletivos assume uma perspectiva de carreira para um conjunto de casos aqui estudados. Enquanto que para outro conjunto de casos não possuem necessariamente tal relação com a atividade política.

Essa seção tem como objetivo pensar relacionalmente os trajetos políticos dos dois perfis de carreiras estudados nesta pesquisa. Para tanto, comparamos os padrões tendo como referência frequências que nos permitem

perceber os diferentes tipos de ingresso na carreira eletiva, ascensões e tempo de atividade no exercício de representação política.

Quadro 20 - Primeiro cargo de ingresso na carreira eletiva (Entrada pela política)

Primeiro cargo eletivo	Nº de casos	%
Vice-governador	1	4
Prefeito	1	4
Vice-prefeito	2	8
Deputado federal	1	4
Deputado estadual	9	36
Vereador	11	44
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 21 - Primeiro cargo de ingresso na carreira eletiva (Entrada pelo futebol)

Primeiro cargo eletivo	Nº de casos	%
Vice-governador	1	5,5
Deputado estadual	6	33,3
Deputado federal	5	27,7
Vereador	3	16,6
Prefeito	1	5,5
Suplente (vereador)	1	5,5
Suplente (senado)	1	5,5
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Com o objetivo de caracterizar os trajetos políticos dos perfis estudados, a informação aqui analisada nos possibilita comparar a inserção em cargos eletivos dos dois grupos. Desse modo, o quadro 20 mostrou que a “entrada” de 11 agentes [44%] do primeiro perfil de carreira ocorre via vereança. Já a partir do quadro 21 percebe-se que a entrada do segundo perfil estudado apresenta maior número de casos [5 casos – 27,7%] que iniciaram seu primeiro mandato eletivo através do cargo de Deputado Estadual. Por meio das frequências, também podemos perceber maior percentual de “altos” cargos assumidos pelos que “entram” pelo futebol quando tomados em relação aos que “entram” pela política.

Chama-se atenção para outros cargos de ingresso na política institucional que são reveladores da forma de inserção que os agentes dos universos apresentados estabelecem com a carreira política. Isso pode ser demonstrado a partir do cargo de Deputado Federal, que apresentou para a primeira população 1 caso [4%], e do cargo de vice-governador com 1 caso [4%]. Enquanto que a segunda população apresentou para o cargo de Deputado Federal 5 casos [27,7%], Vice-governador 1 caso [5,5%] e Suplente de senador 1 caso [5,5%].

Sendo assim, notou-se que os agentes que “entraram” pela política apresentaram maior probabilidade de entrar através da vereança (“entrada por baixo”). Em contrapartida, a população dos agentes que “entraram” pelo futebol apresentou maior probabilidade de obter cargos eletivos mais elevados (“entrada por cima”).

Grill (2013) destaca que a construção de diferentes indicadores permite examinar o *background* de políticos profissionais. Logo, tanto a caracterização da origem social quanto a caracterização dos trajetos políticos informam padrões de carreiras que nos possibilita apreender como se dá a constituição de trunfos passíveis de serem jogados na arena política e como apontam para as modalidades de recrutamento político.

Em outra perspectiva, Marengo e Serna (2007, p.93-94) destacaram que a constituição e estudos de padrões de carreiras nos ajudam a compreender a composição de recursos dos agentes que são validados no domínio político. Nesse sentido, tal trabalho ressalta que as “diferenças observadas nos padrões de carreira política possam ser explicadas pelas variações no perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos [...]”. Desse modo, a constituição de padrões de carreira política nos possibilita visualizar quais recursos são mobilizados quando entram na política institucional. Sobre o trabalho em foco os autores apresentam dois padrões de recrutamento político:

[...] os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras partidárias endógenas. No

extremo oposto, partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária. (MARENCO e SERNA, 2007, p.93-94).

Ademais, o primeiro cargo de ingresso na política institucional pode informar sobre as condições e sustentações da carreira política. Marengo e Serna (2007,p.103) ressaltam que “o primeiro cargo público constitui um rito significativo que oferece informação relevante não só sobre as condições e os recursos disponíveis no início da carreira política, mas também sobre o grau de sua dependência em relação às organizações partidárias”.

Quadro 22 - Maior cargo eletivo ocupado (Entrada pela política)

Cargo eletivo maior	Nº de casos	%
Deputado federal	7	28
Deputado estadual	9	36
Senador	2	8
Vice-prefeito	2	8
Vereador	2	8
Prefeito	2	8
Vice-governador	1	4
Total	29	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 23 - Maior cargo eletivo ocupado (Entrada pelo futebol)

Cargo eletivo maior	Nº de casos	%
Governador	1	5,5
Deputado estadual	5	27,7
Deputado federal	5	27,7
Vereador	3	16,6
Prefeito	1	5,5
Suplente (vereador)	1	5,5
Suplente (senado)	1	5,5
Senador	1	5,5
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Já quando buscamos analisar o maior cargo eletivo ocupado pelos que “entraram” pela política, observou-se a partir do quadro 22 que houve uma variação significativa entre o primeiro cargo eletivo e o maior cargo eletivo ocupado pelos agentes desse segmento. A entrada em cargos eletivos a partir da vereança mostrou maior número de casos, já nesse indicador percebe-se uma diminuição de casos que tiveram na vereança seu maior cargo eletivo. Nota-se também maior número de casos ocupando o cargo de Deputado Estadual, aumentando consideravelmente para 9 casos [36%]. Já o quadro 23, relativo aos dos agentes que “entraram” pelo futebol mostrou que não houve variação significativa entre o primeiro cargo eletivo e o maior cargo eletivo.

Logo, pode-se dizer que o cargo de vereador se constituiu apenas como o cargo de ingresso na carreira eletiva para uma parcela dos agentes que ingressam na vida política. A ascensão destes agentes se dá pelo próprio domínio político que apresenta possibilidades para que políticos possam ascender na hierarquia dos cargos eletivos. Quer dizer, trata-se de um padrão de carreira (ascensão na carreira política) diferente da segunda população estudada. Por outro lado, os agentes da segunda população (que entraram “por cima”) ocupam altos cargos eletivos desde o início da carreira, pela possível combinação de diferentes tipos de recursos, principalmente pela ativação do prestígio acumulado anteriormente como presidentes de clubes.

Quando se observam os percursos políticos seguidos pelos agentes evidencia-se maior recorrência de casos no primeiro perfil que percorreram uma carreira (no sentido “clássico” do termo), quer dizer, iniciaram suas carreiras por posições “periféricas” (principalmente vereador) e alcançaram posições de destaque da política nacional (como é o caso do cargo de Deputado Federal). Já entre aqueles agrupados no segundo perfil prevalece um modelo menos profissionalizado de políticos, isto é, trata-se de agentes que ingressam ocupando altos cargos (de destaque estadual) e/ou que ficaram pouco tempo em cargos eletivos.

Quadro 24 - Tempo de mandato (Entrada pela política)

Tempo de ocupação de cargos eletivos	Nº de casos	%
Até 4 anos	3	12
5-8	4	16
9-12	5	20
13 ou +	13	52
Total	29	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 25 - Tempo de mandato (Entrada pelo futebol)

Tempo de ocupação de cargos eletivos	Nº de casos	%
Até 4 anos	12	66,6
5-8	3	16,6
9-12	0	0
13 ou +	3	16,6
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Os quadros 24 e 25 reforçam a constatação feita acima. A investigação a partir do tempo de ocupação de cargos eletivos buscou perceber o período que os agentes das duas populações permanecem em cargos eletivos. Assim, indo ao encontro da análise feita sobre a constituição de carreira ser diferente entre os dois padrões, o quadro 24 aponta para maior probabilidade de permanência em cargos eletivos entre os casos que “entram” pela política. Observou-se, então, que a maior parte dos casos [13 casos – 52, %] permanecem ocupando cargos eletivos durante treze (13) anos ou mais. Enquanto que podemos perceber, através do quadro 25, que os agentes que “entram” pelo futebol apresentam maior “tendência” a ocupar cargos eletivos por pouco tempo. Por apresentarem um perfil de carreira política bem diferente, nota-se uma permanência efêmera na ocupação dos cargos. Sendo assim, observou-se, a partir do quadro 25, que o maior número dos casos ocupam mandatos eletivos até quatro anos [12 casos – 66,6%].

Bordignon (2015), comparando carreiras políticas e intelectuais, argumenta que a concepção de carreira política pode ser associada a um conjunto de *estratégias*. Trata-se, assim, de uma dupla relação que é caracterizada pelos tipos de recursos conquistados e pela própria condição de

exercício profissional. Sobre a associação entre *estratégias* e carreiras, ele enfatiza:

[...] As escolhas em termos de carreira derivam das chances sociais inscritas no espaço dos possíveis abertos às diferentes frações sociais em concorrência, fortemente associadas ao trajeto do conjunto do grupo familiar e as estratégias de conversão e reprodução acionadas. Em um contexto de transição, os investimentos dependem da percepção prática das escolhas possíveis, assim como da posse diferencial de recursos passíveis de serem apresentados como trunfos em espaços de atuação diversos [...] (BORDIGNON, 2015, p.284).

Diversos fatores implicam na constituição de uma carreira política. Eles podem estar ligados diretamente à composição de recursos, o crédito personificado no nome, a experiência administrativa em outros espaços da vida social que se asselhemem ao domínio político, entre outros (MARENCO e SERNA, 2007).

Detendo recursos próprios – como prestígio, renda e relações estabelecidas pela ocupação profissional, os candidatos não dependem do aval partidário, podendo ignorá-lo com menor risco para o ingresso ou a continuidade em sua carreira. Inversamente, muitas vezes são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes. Carreiras políticas são, com isso, mais rápidas e descontínuas, oferecendo oportunidade para aspirantes com escassa ou pequena experiência política. (MARENCO e SERNA, 2007, p.109).

Buscando destacar dados de carreira, apresentamos um caso que apresenta diversas posições alcançadas na hierarquia política ao longo de sua trajetória. Este agente é referente ao primeiro padrão de carreira. Trata-se do servidor público Valdivino de Oliveira¹⁵. O agente enfatizado obteve título superior na década de 1970, pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Tornou-se professor da prefeitura e da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (Facea), na década de 1980. No fim desta mesma década fundou a Associação de Nível Superior da Prefeitura Municipal de Goiânia. Exerceu diversos cargos relevantes, tanto no âmbito municipal quanto no estadual. Entre suas diversas atividades profissionais e cargos públicos podemos destacar os seguintes:

¹⁵ Principal fonte: <<https://sites.google.com/site/valdivinojosedoliveira/biografia>>, acessado em Maio de 2016.

Assessor de Planejamento da Secretaria de Finanças e Coordenador-Geral da Prefeitura Municipal, Goiânia, GO, 1980-1981, e 1981-1982; Diretor Administrativo e Financeiro de Pavimentação, Prefeitura Municipal, Goiânia, GO, 1986-1987; Secretário de Finanças, Prefeitura Municipal, Goiânia, GO, 1988-1992; Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, 1993-1994 e 1999-2006; Diretor Financeiro, ALEG, Goiânia, GO, 1995-1996; Presidente, Empresa de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social, Goiânia, GO, 1996-1997; Presidente, Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás S.A., Goiânia, GO, 1997-1998; Presidente, Centrais Elétricas do Estado de Goiás, Goiânia, GO, 1998-1998¹⁶.

Além de apresentar uma extensa lista de cargos e funções durante sua carreira no domínio público, pode-se destacar seu trajeto em cargos eletivos. Valdivino Oliveira assumiu seu primeiro cargo na política institucional como Vice-Prefeito da cidade de Goiânia (GO), pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mandato que exerceu entre 2005 e 2008. Já na atual década, entre os anos de 2011 e 2015, exerceu o cargo de Deputado Federal, representando o estado de Goiás, pela legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Logo após o seu primeiro mandato como Vice-Prefeito, este agente se tornou presidente do Atlético Clube Goianiense (ACG), clube de futebol profissional do estado de Goiás. Ganhou destaque no âmbito esportivo depois que este clube ingressou entre os times que compõem a chamada “elite” do futebol profissional do Brasil.

Mais um caso referente ao primeiro padrão de carreira nos ajuda a caracterizar o perfil. A seguir será exposta a trajetória do ex-deputado federal Rui da Costa Val¹⁷. Este agente nasceu em Minas Gerais (MG), na cidade de Viçosa, na década de 1920. Concluiu os estudos secundários em escolas situadas em duas cidades no mesmo estado. No fim da década de 1940, obteve o título superior em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas (UFMG). Durante o início de sua carreira profissional, atuou como professor de diversas escolas até ser funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte, capital deste estado.

¹⁶Informações retiradas diretamente do *site* da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=162490&tipo=1>, acessado em Julho de 2016.

¹⁷Principal fonte: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-da-costa-val>>, acesso em Junho de 2016.

[...] ocupou em 1951 o cargo de diretor do Departamento de Assistência e Saúde e, no decorrer de sua trajetória na municipalidade da capital mineira, foi ainda assistente (1954-1956) do Departamento de Assistência e Saúde, procurador (1957-1963), consultor jurídico (1963) e diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura (1967) e secretário municipal de Educação e Cultura (1968-1970). [...] Diretor da Carteira Agrícola da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (1975-1978) [...].

Iniciou sua trajetória política na década de 1950, quando foi eleito vereador, em Belo Horizonte, pelo Partido Republicano (PR). Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), já na década de 1960, período em que concorreu ao cargo de Deputado Estadual, mas não obteve êxito. Ligado a domínio do futebol, nessa mesma década assumiu o cargo de presidente do América Futebol Clube, cargo que ocupou durante cinco anos. Na década seguinte, em 1970, foi eleito deputado estadual. Reelegeu-se, de forma não consecutiva, por duas vezes. Na década de 1980, na legenda do Partido Democrático Social (PDS), foi nomeado Secretário de Trabalho, pelo então governador à época, Francelino Pereira dos Santos. Ainda podemos destacar em relação ao futebol, a ocupação de cargos no Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Futebol de Minas Gerais (MG) e no Conselho de Administração do Estádio Minas Gerais (Ademg).

Agora, trazemos um primeiro caso referente ao segundo padrão de carreira estudado neste trabalho: o empresário Laudo Natel¹⁸. O agente em relevo nasceu na década de 1920. É formado em Economia e Administração de Empresas. Depois de formado, iniciou sua carreira atuando em diversas funções referentes ao setor bancário. Associado do São Paulo Futebol Clube, na década de 1940 assumiu o cargo de diretor financeiro deste clube, no qual, posteriormente, seria eleito presidente, na década de 1950. Foi eleito indiretamente Vice-Governador do estado de São Paulo, na década de 1960 e Governador deste mesmo estado na década de 1970. Destaca-se sua entrada “por cima” na política institucional.

Outro exemplo do segundo padrão é o de Evandro Leitão¹⁹. Este agente nasceu em Fortaleza, capital do Ceará, no fim da década de 1960.

¹⁸ Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Laudo_Natel>, acessado em Junho de 2016.

¹⁹ Principal fonte: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/23-pdt/236-evandro-leitao>>, acessado em Maio de 2016.

Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e obteve o título de Direito pela Faculdade Integrada do Ceará (FIC). Também investiu na pós-graduação em Gestão Pública pela Secretaria da Administração do Ceará, e em Marketing, pela Bolsa de Valores Regional. Evandro Leitão, em 2008, ganhou notoriedade ao assumir o cargo de presidente do Ceará Sporting Club. Na sequência, se candidatou, em 2010, ao cargo de deputado estadual, mas não obteve êxito. No entanto, assumiu o cargo de Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, de 2011 a 2013, durante o segundo mandato do então governador Cid Ferreira Gomes. Candidatou-se, novamente, em 2014 ao cargo de deputado estadual. Nesta ocasião foi eleito com expressiva votação.

3.2 -Outras inscrições e formas de distinção

Outra ênfase deste trabalho é o estudo de algumas inscrições que distinguem alguns casos no interior do conjunto de agentes aqui pesquisados. Especialmente as “heranças políticas” e engajamentos diversos.

“Heranças políticas” são entendidas como o patrimônio de um grupo familiar em relação ao qual os membros da família são “depositários passageiros [da] reputação coletiva” (BRIQUET, 1992, p.159). Dessa forma, “[...] O vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar [...]” (GRILL, 2004, p.160). O parentesco político também permite ter acesso a “trunfos” ligados à família, contato com uma “linguagem política” própria deste meio e “navegação” no mundo social a partir desse pertencimento (Grill, 2004). No entanto, sobre tal transmissão de capitais, cabe destacar a necessidade de certa cumplicidade entre o detentor e o receptor:

Portanto, o candidato a herdeiro precisa comprovar a proximidade, a lealdade e os compromissos para com o ascendente com vistas a se apresentar como depositário do patrimônio político. Este é, ao mesmo tempo, avaliado globalmente, pois se refere ao prestígio coletivo, e depende dos recursos pessoais acumulados por cada um dos indivíduos entrelaçado nesta genealogia (GRILL, 2004, p. 161).

Os autores citados acima nos apóiam a compreender esta dimensão do nosso trabalho. Logo, cabe destacar a possível influência dessa condição de “herdeiro” na obtenção de cargos eletivos. Quer dizer, destaca-se a compreensão da notoriedade adquirida por meio da origem familiar. A busca de dados biográficos de agentes com parentesco com outros políticos nos permite capturar “os atributos associados a eles que emanam do papel que exercem de ‘depositários do patrimônio’ de uma ‘linhagem’ e pela identificação que buscam estabelecer com o histórico de posições e posicionamentos em dado contexto” (GRILL, 2008, p.65).

O quadro a seguir foi construído a partir de quatro (4) informações sobre ascendentes, descendentes e outros parentes com participação política, bem como buscou dados sobre outros parentes da população estudada com participação em cargos no futebol. Além de nos ajudar a analisar a outra dimensão deste capítulo, que é referente a essa inscrição distintiva representada pelo meio familiar, nos auxiliaram a perquirir possíveis estratégias de “reprodução familiar” a partir da política e do futebol.

Quadro 26–Parentescos na política e no futebol

Nomes	Ascendentes com participação política	Descendentes com participação política?	Outros parentes que exerceram cargos no futebol?	Outros parentes com participação política?
1- Oly Érico da Costa Fachin				
2- Rui da Costa Val				
3-Aluizio Gonçalves Bezerra				
4- Aníbal Khury				
5- Raimundo Rocha Pires				
6- José de Medeiros Tavares				
7- Juvenal Juvêncio				
8- Nabi Abi Chedid				
9-Paulo Maracajá				
10-Paulo Carneiro				
11-Jarbas Lima				
12-Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo				
13-José Mendonça				
14-Eurico Miranda				
15-Marcelo Guimarães				
16-José Arthur Guedes Tourinho				
17-Luís Estêvão de Oliveira Neto				
18-José Vasconcelos da Rocha				
19-Roberto Dinamite				
20-Patricia Amorim				
21-Valdivino de Oliveira				
22-Marcelo Guimarães Filho				
23-Daniel Nepomuceno				
24-Romildo Bolzan Junior				
25-Rui Barbosa				
26-Laudon Natel				
27-Francisco Horta				
28-Rui Ribeiro Rosal				
29-Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães				
30-Onaireves Moura				
31-Paulo Odone				
32-Alexandre G. Moreira				
33-Antônio Góis				
34-César Masci				
35-Joel Malucelli				
36-Zezé Perrella				
37-Andrés Navarro Sanchez				
38-Ricardo Valois				
39-Evandro Leitão				
40-Fernando Schmitd				
41- Marcio Braga				
42-Agricio Braga Filho				
43-Luciano Caldas Bivar				

Buscando caracterizar a origem familiar da população aqui estudada, foram buscadas informações sobre os ascendentes com participação política como uma forma de mapear recursos que são acumulados coletivamente por um grupo familiar. Assim, observou-se que pelo menos seis (6) casos possuem ascendentes com participação política. Em relação à presença de descendentes com participação política, o quadro mostrou que são pelo menos 4 casos que apontam para presença de sucessores. Quer dizer, identificou-se na população estudada, a presença de “famílias de políticos” (presença de mais de uma geração em cargos políticos) que informam recursos familiares como trunfos desfrutados ao longo de seus trajetos. Esses foram os casos identificados por meio de fontes pouco confiáveis. Talvez existam outros.

Em relação à presença de casos que possuem outros parentes com participação política, encontramos dois (2) casos que apresentam esse vínculo. Assim, a presença de ascendentes, descendentes e outros parentes com participação política nos ajuda a analisar tipos de estratégias usadas para manutenção e transmissão desse tipo “herança”, da mesma forma investigar como são apropriadas nas trajetórias dos casos que apresentam tais características.

A presença de outros parentes que exerceram cargos no futebol também pode ser considerada um recurso familiar. Desse modo, observa-se que pelo menos 5 casos da população estudada apresentaram outros parentes com vinculação com futebol. Nesse sentido, foi possível perceber, por meio do quadro, a existência de uma “herança” constituída por funções ocupadas no futebol. Pode-se, então, destacar agentes com “herança na política” e com “herança no futebol”.

Neste momento, o trabalho de Canêdo (2011) sobre genealogias de “famílias mineiras” nos ajuda a observar as estratégias de acumulação de capital social e político, bem como nos possibilita analisar a dimensão simbólica desse patrimônio. Sobre a reconstituição genealógica a autora ressalta que:

(...) Ela dá uma identidade à família, estabelecendo uma origem que rompe com tudo que a precedeu. O traçado regular, cronológico e cumulativo da trajetória familiar garante a continuidade e a coesão da família. A genealogia encerra e modela as práticas individuais e

coletivas do presente, mas as mostras como que fazendo parte de um quadro herdado que se projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável (CANÊDO, 2011, p.58).

Grill (2008), a partir de um trabalho sobre “família de políticos” no Rio Grande do Sul (RS) chama atenção para a relação entre família e política. Esse trabalho nos auxilia a pensar como os agentes buscam identificação com ascendentes a partir da “herança” familiar edificada pela presença de várias gerações no meio político. A respeito disso, o autor destaca que:

O ‘parentesco’ na política adquire eficácia e legitimidade para os agentes e para as suas ‘famílias’ mediante a convergência entre itinerários individuais e os trunfos derivados dos laços familiares. Em primeiro lugar, a possibilidade de maximizar o reconhecimento desfrutado pela ‘família’ e sua inscrição na memória política local por meio da valorização do ‘nome’, da ‘imagem’, dos ‘feitos’ e, sobretudo, dos ‘fundadores’ e ‘sucessores’ da ‘tradição política familiar’. Em segundo lugar, a diferenciação entre os pares viabilizada pela ‘familiaridade’ com o ‘meio político’, dada pela precocidade dessa esfera (socialização) e pelo contato com ‘políticos’ na esfera doméstica (sociabilidades) [...] (GRILL, 2008, p.64).

Pelo seu turno, Barreira (2006), a partir de um trabalho que analisou família de políticos no Ceará, destaca a relação entre os membros das famílias com a própria “linhagem” da qual fazem parte, bem como as estratégias de assegurar o patrimônio coletivo do grupo.

A cadeia simbólica das gerações que integram a família Ferreira Gomes afirmou-se fortemente, ao longo do tempo, desde o sobrenome até a escolha do nome. A repetição de nomes entre pais, filhos e netos repunha, a cada nascimento, a recordação das origens e sua inscrição em ritos e formas de sociabilidade capazes de afirmar um modelo de “comunhão entre iguais”. A repetição de nomes com sufixo no diminutivo permitia a identificação imediata dos ancestrais. Também a herança vocacional aí se inscrevia, afirmando as possíveis vinculações entre nascimento e carreira política: o representante político já de antemão tinha lugar inscrito nos códigos de consanguinidade vigentes. Distante da singularidade do nome a construir, a linhagem assegurava, antes, o nomea zelar e a perpetuar, validando a memória dos ancestrais. (BARREIRA, 2006, p.302-303).

Os quadros 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 são referentes à dimensão familiar. Sendo assim, o mapeamento que buscou identificar ascendentes, descendentes e outros parentes com participação política, bem como outros parentes com participação no futebol, representou um esforço que possibilitou localizar *estratégias de reprodução familiar* (Bourdieu, 2002), assim

como nos permitiu perceber algumas relações entre origem familiar e posições ocupadas por alguns agentes.

Quadro 27 - Ascendente com participação política (Entrada pela política)

Possui ascendente com participação política?	Nº de casos
Sim	6
Não	5
Sem informação	14
Total	25

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 28 - Ascendente com participação política (Entrada pelo futebol)

Possui ascendente com participação política?	Nº de casos
Sim	0
Não	7
Sem informação	11
Total	18

Fonte: Repertórios biográficos

Por meio do quadro 27 identificamos agentes que possuem ascendentes com participação política e que possuem “herança” política familiar. Quanto aos casos em que foram encontrados agentes com esse dado, podemos dizer que são agentes que fazem parte de uma “linhagem” que conserva e distribui esse patrimônio político. Sendo assim, esse trunfo é diferenciador do percurso político feito em relação aos que não possuem esse *background*. Assim, observa-se, a partir do quadro 27, que pelo menos seis (6) casos dos agentes que “entraram” pela política possuem esse fator de diferenciação. Pode-se perceber, com mais frequência, a presença de um “capital político” adquirido por ascendentes na população dos agentes que exerceram cargos eletivos anteriormente aos cargos de dirigentes de clubes.

Briquet (1992) destaca o peso do pertencimento familiar a partir de um estudo sobre uma família de notáveis estudada por ele. “Ser membro de uma linhagem política antiga e ser socialmente designado apto a representar, é dispor de recursos materiais e, várias vezes, de uma herança cultural necessária à constituição de um capital político individual”. Trata-se de um “patrimônio político coletivo” onde o depositário é o “grupo familiar na sua

totalidade e que manifesta o prestígio público e a dignidade do nome” (BRIQUET, 1992, p.155).

Quadro 29 - Descendente com participação política (Entrada pela política)

Possui descendente com participação política?	Nº de casos
Sim	4
Não	7
Sem informação	14
Total	25

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 30 - Descendente com participação política (Entrada pelo futebol)

Possui descendente com participação política?	Nº de casos
Sim	0
Não	4
Sem informação	14
Total	18

Fonte: Repertórios biográficos

Notou-se, então, que os agentes que “entraram” pela política, possuem, também, maior propensão a terem descendentes com participação política. O quadro 29 informa pelo menos 4 agentes que possuem descendentes com participação política. É um recurso familiar distintivo e que é conservado e distribuído através de estratégias de reprodução familiar. A posse desse trunfo pode facilitar o ingresso na atividade política, sem outras incrições prévias (a exemplo do futebol). No entanto, a não constatação de agentes que “entraram” pelo futebol com a presença desse recurso, aponta para adoção de outras estratégias que os fazem alcançar cargos importantes durante suas biografias.

Briquet (1992, p.159), novamente, nos ajuda a pensar esse capital adquirido pelos descendentes como um “patrimônio político familiar”. Quer dizer, trata-se de um capital que pertence ao grupo. Assim, os membros da família são depositários passageiros de um capital político baseado na reputação coletiva. É um capital vinculado ao conjunto da linhagem.

O capital político herdado por descendentes é pautado pela origem social dos agentes. Mas tal recurso só pode ser entendido e passível de

mobilização em combinação com outros recursos adquiridos a partir de outros investimentos. Quer dizer, a mobilização do recurso político herdado, como afirma Grill (2004, p.30), se apropriando de Willemez (1999) e Coradini (2001), “depende mais de uma multiplicidade de outros recursos herdados ou adquiridos pelos agentes do que do treinamento, da formação ou do exercício profissional”.

Quadro 31 - Outros parentes com participação política (Entrada pela política)

Possui outros parentes com participação política?	Nº de casos
Sim	2
Não	12
Sem informação	11
Total	25

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 32 - Outros parentes com participação política (Entrada pelo futebol)

Possui outros parentes com participação política?	Nº de casos
Sim	0
Não	4
Sem informação	14
Total	18

Fonte: Repertórios biográficos

Ainda rastreando o patrimônio político familiar dos segmentos estudados, percebemos novamente que somente os que “entraram” pela política apresentam casos que possuem outros parentes (2) com participação política. Nota-se que é um patrimônio não circunscrito à existência de ascendentes e descendentes, mas é um “empreendimento” familiar que engloba outros “parentes” para a distribuição e conservação dessa “herança familiar”.

Quadro 33 - Outros parentes que exerceram cargos no futebol (Entrada pela política)

Possui outros parentes que exerceram cargos no futebol?	Nº de casos
Sim	3
Não	12
Sem informação	10
Total	25

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 34 - Outros parentes que exerceram cargos no futebol (Entrada pelo futebol)

Possui outros parentes que exerceram cargos no futebol?	Nº de casos
Sim	2
Não	2
Sem informação	14
Total	18

Fonte: Repertórios biográficos

Já quando investigamos sobre a presença de outros parentes que exerceram cargos no futebol, percebemos que ambas as populações apresentam casos que contemplam tal informação. Quer dizer, essa variável é a única em comum entre os que “entraram” pela política e os que “entraram” pelo futebol, no que diz respeito à investigação sobre as origens familiares de ambas. O quadro 33 apresentou 3 agentes com parentes que exerceram cargos no futebol. Enquanto que o quadro 34 mostrou a presença de 2 casos. Assim, em ambas as populações, pode-se perceber que o patrimônio familiar adquirido a partir do futebol se apresenta como um recurso distintivo, somando, ao menos, 5 agentes no conjunto dos casos.

Com o objetivo de ilustrar essas base sociais distintivas que são a “herança política” e a “herança no futebol”, apresentamos, a seguir, um caso que possui dupla inscrição e um descendente com participação política. Diversas fontes nos permitiram ter acesso a informações biográficas sobre o ex-parlamentar José Mendonça Bezerra e de seu filho, José Mendonça Bezerra Filho.

José Mendonça Bezerra nasceu em São Paulo e é filho de João Bezerra Filho e Teresa Bezerra de Mendonça. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Pernambuco, em 1963. Iniciou sua

vida política depois de obter o título em Direito, em 1964. Filiou-se à legenda da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1966. Logo após, já na década de 1980, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS). Em 1986, após a “abertura” política, migrou para o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas.

Mendonça Bezerra era pai do ex-governador pernambucano Mendonça Filho. Seu filho, José Mendonça Bezerra Filho, é formado em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco e fez o curso de Gestão Pública pela Kennedy School, Escola de Governo da Universidade de Harvard (EUA). Seu primeiro cargo público foi em 1986, quando tinha 20 anos. Assumiu como deputado estadual de Pernambuco, cargo para o qual foi reeleito em 1990. Neste ano, licenciou-se do mandato para assumir a Secretaria de Agricultura, no governo Joaquim Francisco (1991-1995)²⁰.

Em 1994, Mendonça Filho se tornou deputado federal. Nas eleições seguintes, disputou como vice-governador na chapa de Jarbas Vasconcelos (1999-2005), saindo-se vencedor por duas vezes. Candidatou-se a prefeito do Recife, em 2008, mas perdeu as eleições no segundo turno para João da Costa. Dois anos depois, foi eleito deputado federal novamente”. Atualmente, exerce o cargo de ministro da educação.

Voltando a Mendonça Bezerra: “Formado em Direito, foi também deputado estadual (nos anos 1960). Ele se elegeu sete (7) vezes deputado federal, a última em 2006, pelo então PFL (hoje DEM). Em 2010, decidiu não se candidatar”²¹. José Mendonça Bezerra também ganhou notoriedade após ser presidente do clube de futebol Santa Cruz, em 2001. E por ser “latifundiário e agricultor, chegando a exercer o cargo de presidente da Associação de Avicultores de Pernambuco”²².

Assim como a presença de familiares com inserção na atividade política confere um fator de destaque, apresentar parentes com cargos no futebol é fonte de notabilidade.

Abaixo, o caso ilustrativo dessa “herança no futebol” corresponde a um agente encontrado no segundo perfil de carreira – “entrada” pelo futebol.

²⁰ Informações retiradas diretamente do *site*: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/mendonca-filho-dem-ministro-da-educacao-e-cultura-do-governo-temer.html>>, acessado em Junho de 2016.

²¹ Principal fonte: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/morre+em+sp+o+exdeputado+jose+mendonca+bezerra/n1300097697492.html>> acesso em 21/06/2016 às 15:07

²² Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mendon%C3%A7a_Bezerra>, acesso em 21/06/2016 às 15:09

Agora, mostramos a trajetória de José Alexandre Moreira²³. As informações que constituem essa biografia foram retiradas a partir de uma entrevista dada pelo agente ora estudado a uma revista voltada ao mundo empresarial.

José Alexandre foi líder, ainda criança, do Grupo Literário do Colégio Domingos Sávio, em Olinda, onde concluiu a formação primária. Em 1976 formou-se em engenharia civil, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ficou conhecido como Mirinda porque sua família era distribuidora dos produtos Pepsi-Cola.

Seu pai, José Augusto Moreira, foi presidente do clube de futebol profissional América Futebol Clube. O seu tio, Rubem Moreira, é empresário e um dos principais dirigentes de futebol do estado de Pernambuco, presidindo a Federação Pernambucana de Futebol (FPF) durante 27 anos. “Esse percurso à frente da FPF lhe rendeu a alcunha de vice-rei do Nordeste”.

Na gestão de Raimundo Moura (1991-1992), José Alexandre foi convidado a integrar o Departamento de Futebol Profissional e, na eleição seguinte, foi escolhido o candidato à presidência do Santa Cruz (PE). Foi eleito. Na sequência, foi presidente do Conselho no biênio 1995-1996 e da Comissão Patrimonial em 1996-1997, ocupando desde então a condição de conselheiro benemérito do Santa Cruz. Após ocupar este cargo, foi eleito vereador de Olinda, exercendo o cargo de 1997 a 2000, mesmo ano que fundou a AWM Engenharia, construtora pela qual se tornou associado, onde exerceu o cargo de vice-presidente no mandato de Marcello Gomes, seu antecessor.

Podemos notar a combinação de recursos adquiridos no futebol, na política partidária e na associação (como dirigente, vereador e presidente de associação) a partir de um trecho extraído de uma entrevista:

“Da política partidária para a política associativa?
E olha que já vinha da política desportiva (risos). Quem me convenceu a abandonar as pretensões políticas foi o meu filho Ivan, que também é engenheiro. Ele mostrou por aí mais b que comigo na política perdia a família, a empresa e o patrimônio. Depois de eu ter sido o quinto vereador mais votado de Olinda e de ter tido 15 mil votos para deputado estadual sem nenhum prefeito me apoiando, muitos amigos queriam que eu me posicionasse como uma alternativa nova para a prefeitura.”

²³Principal fonte: <<http://www.revistanegociospe.com.br/materia/Portas-abertas>>, acessado em Junho de 2016)

Através de informações coletadas via banco de dados, foi possível perceber a presença de agentes com inserções em outras organizações. Desse modo, as frequências a seguir nos possibilita analisar o que significa, tendo como referência os dois perfis de carreira, apresentar inscrição em organizações associativas. O peso de passagem por organizações nos ajuda a analisar a constituição de recursos múltiplos ao longo dos trajetos políticos.

Quadro 35 - Inserções em organizações sindicais e outras (Entrada pela política)

Inserções em organizações patronais/sindicais/associativas/movimentos estudantis	Nº de casos	%
Sim	4	16
Não	21	84
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 36 - Inserções em organizações sindicais e outras (Entrada pelo futebol)

Inserções em organizações patronais/sindicais/associativas/movimentos estudantis	Nº de casos	%
Sim	7	38,8
Não	11	61,1
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 37 - Organizações que participou (Entrada pela política)

Quais?	Nº de casos	%
Associações	3	12
Movimento estudantil	1	4
Não se aplica	21	84
Total	25	100

Fonte: Repertórios biográficos

Quadro 38 - Organizações que participou (Entrada pelo futebol)

Quais?	Nº de casos	%
Associações	5	27,7
Conselhos	1	5,5
Sindicais	1	5,5
Não se aplica	11	61,1
Total	18	100

Fonte: Repertórios biográficos

Analisando os quadros acima, percebe-se que os agentes da segunda população apresentam maior percentual de casos com participação em associações [5 casos – 27,7%]. Quer dizer, como são agentes que não apresentam herança política familiar e/ou que iniciam desde cedo a carreira política, buscam adquirir um capital específico dentro das associações, que podem ser mobilizados no domínio político.

O espaço do associativismo se constituiu com uma série de outros recursos e esferas de atuação. Como sugere Coradini (2007, p.182) é um espaço que permite observar a “formação escolar”, “classificações” e “inserção profissional”, bem como suas “relações com a escolarização”, “exercício profissional” e “as relações categoriais ou setoriais com o universo da política”. Nesse sentido, observa-se a partir dos quadros acima, de modo geral, um conjunto de casos (20,4% no total) que apresentaram algum tipo de envolvimento com o associativismo e a relação desse espaço com outros indicadores aqui analisados. Assim, seguindo as pistas de Coradini (2007), pode-se dizer que a inserção no associativismo aponta para a inserção de agentes nesses espaços “em conjunto com outras modalidades de engajamento, em diferentes formas de combinação, podendo compor a base do sucesso de sua reconversão em capital político”.

3.3 - Casos representativos de entrada pela política

Levando em consideração os dados reunidos, apresentaremos alguns casos que são representativos da figura de “político clássico”. O primeiro caso escolhido ilustra o primeiro perfil de carreira – dos agentes que “entram” pela política. Estamos falando de um agente que possui longa vida política, com ascendentes e outros parentes com participação na política e no futebol, com formação em direito e que simultaneamente à sua entrada na política institucional, assumiu o cargo de presidente do Clube Atlético Bragantino. Estamos falando de um advogado, político e dirigente esportivo, trata-se de Nabi Abi Chedid.

Nabi Abi Chedid nasceu em 1932, no Líbano. Emigrou do seu país de origem com a família para o Brasil, no ano de 1938, tendo, conseqüentemente, se naturalizando brasileiro e, posteriormente, recebido o título de Cidadão da cidade de Bragança Paulista²⁴. Filho do político Hafiz Abi Chedid e de Saada Nader Abi Chedid, seu pai foi um importante político da região de Bragança paulista, que, posteriormente, teve “continuidade” por seus descendentes. Hafiz Abi Chedid, seu pai, iniciou sua trajetória na vida pública assumindo o cargo de vereador de Itatiba (município de São Paulo) por dois mandatos consecutivos. Sendo, na ocasião, Presidente da Câmara desta cidade. Posteriormente, após se transferir para a cidade de Bragança Paulista, candidatou-se ao cargo de Vereador da cidade, na década de 1960, obtendo êxito. Já na eleição subsequente assumiu o cargo eletivo mais importante de sua carreira, sendo eleito, em 1968, Prefeito Municipal da cidade de Bragança Paulista. (Fonte: PROJETO DE LEI Nº 318, DE 2009) ²⁵.

A família Chedid apresenta uma estreita e forte ligação entre política e futebol (exercícios de cargos). Nabi Abi Chedid “é pai do deputado Marquinho Chedid, irmão do prefeito Jesus Abi Chedid e tio dos deputados Edmir Chedid e Elmir Chedid”. A forte ligação entre estes dois domínios pode ser ilustrada pelo exercício de cargos eletivos e cargos de direção no futebol – no Clube Atlético Bragantino, popularmente chamado de Bragantino. O caso em pauta, Nabi Abi Chedid, “exerceu mais de dez mandatos como deputado estadual em São Paulo”. Também exerceu o cargo de “diretor do Clube Atlético Bragantino, presidente da Federação Paulista de Futebol, vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol e da Confederação Sul-Americana de Futebol” ²⁶.

Iniciou a sua vida pública por “baixo”, quando foi eleito, em 1958, vereador à Câmara Municipal de Bragança Paulista (1959-1963), pelo Partido de Representação Popular - PRP.

²⁴ Município localizado no estado de São Paulo. Este município também é conhecido como "Cidade Poesia" e a "Capital Nacional da Língua". O principal clube de futebol é o Bragantino que dá destaque a cidade devido à participações em campeonatos importantes do cenário nacional sendo comendado, diversas vezes por integrantes da família “Chedid”.

²⁵ Projeto de lei (2009) de autoria do então Deputado Estadual e neto de Hafiz Abi Chedid, Edmir Chedid (DEM). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=848922>>, acessado em Junho de 2017.

²⁶ Principal fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nabi_Abi_Chedid>, acessado em Junho de 2016.

“Foi presidente da Câmara Municipal de Bragança Paulista. Em 1962, concorreu ao cargo de deputado estadual pelo PRP, sendo eleito com 6.883 votos. Depois, com o fim do pluripartidarismo, foi reeleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 15 de novembro de 1966, com 14.858 votos. [...] Em 1970, foi novamente eleito deputado estadual pela Arena, obtendo 25.575 votos. Concorreu, em 1974, mais uma vez à Assembléia Legislativa, sendo eleito com 28.574 votos. Em 1978, foi novamente reeleito, com 60.860 votos, pela mesma legenda. Candidatou-se e foi mais uma vez eleito deputado estadual, pelo Partido Democrático Social - PDS, nas eleições de 15 de novembro de 1982, com 86.470 votos. Pelo Partido da Frente Liberal (PFL), foi reeleito com 26.899 votos, no pleito de 15 de novembro de 1986. Entre 1985 e 1989, foi líder do PFL no Parlamento Paulista. Em 3 de outubro de 1990, foi reconduzido ao mandato de deputado estadual pelo PFL. Exerceu o cargo de Secretário Geral do PFL em São Paulo em 1992”. [...] Novamente candidato a deputado estadual, foi eleito em 3 de outubro de 1994, pelo Partido Social Democrático (PSD), com 56.769 votos. Candidato a deputado estadual pelo PSD, em 1998, com 37.058 votos, obteve uma suplência, mas assumiu no início da Legislatura. Foi presidente nacional do Partido Social Democrático - PSD, até a incorporação da legenda pelo PTB, em 2003. Exerceu também a liderança do PSD entre 1994 a 2003 na Alesp”.

Quando morreu, era presidente do Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de São Paulo. Ligado ao futebol, Nabi Abi Chedid assumiu a direção de Futebol do Bragantino em 1958. Presidiu a Federação Paulista de Futebol, de 1979 a 1982. Chegou à vice-presidência da Confederação Brasileira de Futebol (cargo que ocupou até janeiro de 1989). Voltou ao cargo de presidente do Bragantino em 1989, passando a ser também patrono do clube.

Sob a presidência de seu irmão Jesus Abi Chedid e com total apoio seu, o Bragantino conquistou o título da Segunda Divisão, subindo para a divisão maior do futebol paulista. O ex-dirigente morreu em 29 de novembro de 2006, vítima de um câncer de pulmão. Para homenagear o pai em 2009, o presidente do Bragantino, Marquinho Chedid, mudou o nome do estádio de Marcelo Stéfani para Nabi Abi Chedid.

O segundo perfil apresentado nesta seção é também exemplar do primeiro padrão. Com ascendente com participação política, entrada por “baixo”, formação em Direito e longa vida na política institucional. Trata-se do ex-prefeito e atual presidente do Grêmio, Romildo Bolzan Júnior. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e possui vasta experiência no âmbito da atividade de representação política. Seu pai, o professor e advogado Romildo Bolzan, exerceu três

mandatos consecutivos como Deputado Estadual, entre 1975 e 1987, além de ter sido Prefeito da cidade de Osório (RS). De família política “tradicional” no Rio Grande do Sul, Romildo Bolzan Jr. assume seu primeiro cargo eletivo em 1982. Mesmo ano de conclusão de sua faculdade de Direito. A “entrada” ao exercício de representação política se dá, por “baixo”, via vereança, seu primeiro cargo.

“Eis que, em 1993, tomava posse como prefeito de Osório, seguindo os passos do pai, que também foi deputado estadual. Romildo Bolzan Jr. deixou a prefeitura ao término do mandato, mas voltou para mais dois períodos de quatro anos, sendo eleito em 2004 e reeleito em 2008. Encerrou sua experiência à frente da cidade em que nasceu em 1º de janeiro de 2013”²⁷

Pode-se destacar a presença de ascendente com participação política na trajetória de Bolzan Jr. Assim como se pode evidenciar o período de mais de treze (13) anos no exercício da atividade política. O que demonstra a idéia de “carreira” política. Isso também pode ser reforçado pela entrada via vereança. Romildo Bolzan Júnior também foi presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Cargo que ocupou por sete (anos). A renúncia deste cargo ocorrerá devido à inscrição às eleições para o cargo de presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, em 2015. Sócio deste clube, “fez parte do Conselho Deliberativo do clube desde a década de 1990. A partir de 2013, na gestão de Fábio Koff, passou a integrar o Conselho de Administração, como um dos vice-presidentes. “Em 18 de outubro de 2014, foi eleito presidente do Grêmio, tomando posse e assumindo a gestão do biênio 2015-2016”.²⁸

Podemos destacar uma homenagem que concedeu o título de cidadão de Porto Alegre a Romildo Bolzan Júnior. Cerimônia esta que ocorreu na Câmara Municipal de Porto Alegre. O proponente da homenagem foi o então vereador Dinho, ex-jogador de futebol do Grêmio. Que ressaltou o trabalho desenvolvido por Bolzan no exercício da presidência do Grêmio, como podemos ver no trecho²⁹ a seguir:

²⁷Principal fonte:<<http://oglobo.globo.com/esportes/politica-gremio-tomaram-conta-da-vida-de-romildo-bolzan-jr-desde-cedo-11946224>>, acessado em Julho de 2016.

²⁸ Principal Fonte: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/romildo-bolzan-e-cidadao-de-porto-alegre>>, acessado em Julho de 2017.

²⁹ Trechos retirados diretamente do site da Câmara de Porto Alegre. Está disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/romildo-bolzan-e-cidadao-de-porto-alegre>>, acessado em Julho de 2017.

Agradeço aqui aos gremistas e também colorados que estão junto comigo aqui, nesta justa homenagem. Meu coração tricolor não poderia perder essa oportunidade de prestar uma homenagem mais do que merecida pelo que tu representas para todos nós gremistas, Bolzan. Eu apenas ouvi o meu coração. Tenho respeito e admiração enorme por você, como ex-atleta que sou. A capacidade de articulação e gestão de Bolzan é fantástica. Nosso Grêmio está em boas mãos.

O vereador Kevin Krieger (PP) foi quem presidiu a sessão e declarou sua grande admiração pelo homenageado.

Quero fazer um agradecimento especial ao vereador Dinho do Grêmio, proponente desta homenagem, por ter me escolhido para presidir essa solene. Eu tenho aprendido muitas coisas com o presidente Bolzan enquanto estou ajudando o Grêmio. Estávamos preocupados com a manifestação que havia nesta Casa, antes da cerimônia, por parte da União Geral dos Trabalhadores (UGT). E Bolzan nos mostrou como lidar com essas situações. Ele fez questão que a manifestação estivesse aqui dentro. Saiba que a nossa admiração por ti, presidente, só vai crescendo, referenciou Kevin.

Bolzan ressaltou a importância de receber tamanha honraria:

“Acredito que os gestos, as pessoas, as atitudes e os vínculos verdadeiros que criamos se perpetuam ao longo do tempo. Aos meus familiares, minha esposa, minha mãe, minha sogra, meus irmãos, irmãs, minha tia, meus filhos Gabriele e Romildo Neto, lhes agradeço de coração também. A vida da gente é feita de decisões e atitudes. Ninguém chega ao reconhecimento sem posições. Agradeço também a presença dos sócios do clube, da torcida e de todos que ajudam a fazer nosso Grêmio crescer. O Grêmio está acima de todos nós”, enfatizou Bolzan.

3.4 - Casos representativos de entrada pelo futebol

As biografias que se seguem mostram dois casos, dois empresários, que entram por “cima” na política institucional por apresentarem inserções diversas em vários domínios da vida social.

O primeiro caso retrata um imigrante que depois recebeu o título de cidadão paulista. Com forte inserção no mundo empresarial, tal agente é caracterizado por diversas passagens à frente de associações e organizações não-governamentais. Também é possível destacar, em sua juventude, uma relação com o futebol a partir do *Sport Club Corinthians Paulista*. Clube no qual

ocupou diversos casos ao longo da vida. Estamos falando de Andrés Navarro Sanchez.

Andrés Navarro Sanchez é oriundo de uma família espanhola, de Almeria, uma Província de Andaluzia, localizada no Mediterrâneo. Nasceu em Limeira, no interior do Estado de São Paulo. Filho de Josefa Sanchez e Gregório Navarro estudou o primário e o secundário em escolas da cidade de Limeira (SP). Trabalhou com feirantes juntamente a familiares. Em 1982, o grupo familiar iniciou um novo negócio no ramo da indústria plástica, com mais de 40 distribuidores em todo o território nacional.

Suas empresas também prestam relevantes serviços na área social através do Instituto Sol, da qual Andrés Sanchez participou da fundação e posterior gestão, como secretário, do Instituto Sol, organização não-governamental (ONG) que desenvolveu diversos projetos sociais, alguns deles em parceria com Cáritas, Pastoral da Criança e UNICEF, SESI, UECC, GIFE, UNEB além de infinidade de projetos com entidades e associações locais³⁰.

Já em 1993, passou a dirigir a Sol Embalagens, empresa de embalagens plásticas no Ceasa de Campinas e, além de continuar com o esporte, integrou a diretoria da Assoceasa (Associação dos Permissionários do Ceasa), primeiro como diretor e depois como presidente, realizando diversas negociações com a prefeitura. Filiou-se ao PCdoB e ajudou na campanha vitoriosa de Jacó Bittar pelo PT a prefeitura de Campinas. Em 2001, Andrés Sanchez “foi dirigente da Associação Brasileira de Indústrias de Embalagens Flexíveis (ABIEF), elaborando as primeiras normativas para a fabricação de sacolas plásticas. Nessa época, acompanhou a construção, instalação e funcionamento da nova fábrica da Sol Embalagens na cidade de Camaçari, na Bahia³¹.

Além de ser um dos fundadores de uma das maiores torcidas organizadas do Corinthians, a Pavilhão 9, em 1990 iniciou sua participação política no Corinthians como coordenador nas divisões de base do clube (cargo que ocupou por muitos anos), graças a sua proximidade com Alberto Dualib,

³⁰Principal Fonte: <<http://alegriaefelicidade.blogspot.com.br/2009/06/biografia-de-andres-sanchez-presidente.html>>, acessado em Julho de 2017.

³¹Principal fonte: <<http://www.andressanchez.com.br/www.andressanchez.com.br/historia/index.html>>, acessado em Julho de 2017.

que presidiu o clube de 1993 a 2007. Em 1997 tornou-se Conselheiro e em 2002 assumiu a Vice-Presidência de Esportes Terrestres. Em 2003 passou a ser membro do Conselho Vitalício. Em 2005 exerceu por 11 meses a Vice-Presidente de Futebol, período de relativo sucesso à frente do clube. Em 2007, tornou-se presidente do Sport Club Corinthians Paulista, cargo que ocuparia até 2011.

As diversas conquistas do clube sob sua administração garantiram notoriedade ao então presidente do Corinthians. Podemos destacar que, exercendo o cargo de presidente do Corinthians, Andrés Sanchez foi responsável pela construção da Arena Itaquerao (atual estádio do Corinthians), construiu uma trajetória de “sucesso” no futebol brasileiro, ancorado por amizades, como, por exemplo, o ex-jogador de futebol Ronaldo “Fenômeno”, o empresário iraniano Kia Joorabchian, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente da CBF Ricardo Texeira.

Após o término do mandato como presidente do Corinthians, tornou-se Chefe da delegação brasileira na Copa da África do Sul, fazendo parte da comitiva liderada pelo então presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Texeira. Em de 2012, Andrés Sanchez deixou o cargo de diretor de seleções da CBF. No mesmo ano publicou em co-autoria com seu primo Tadeo Sánchez Oller seu livro autobiográfico “O mais louco do bando”, pela editora G7 Books. Foi eleito Deputado Federal pelo PT nas eleições de 5 de outubro de 2014³².

O segundo caso também ilustra o perfil de um empresário, com passagens por sindicatos, presidência de clube de futebol, parentes com participação no futebol e “entrada por cima” na política institucional. Estamos falando do Senador e ex-presidente do Cruzeiro Futebol Clube José Perrella de Oliveira Costa, mais conhecido como “Zézé” Perrella.

José Perrella de Oliveira Costa é mineiro. Sua inserção no “mundo empresarial” se dá através da agroindústria, por meio do ramo de carnes. Durante seu percurso no mundo dos negócios “foi presidente do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados e de Frios de Minas Gerais (Sinduscarne) entre 1992 e 1997”. No ano de 1993 assumiu a direção da Associação de

³² Principal fonte:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9s_Sanchez>, acessado em Maio de 2016.

Frigoríficos do Estado de Minas Gerais (Afrig). Sua primeira passagem a frente do clube de futebol Cruzeiro, dá-se logo após exercer o cargo de diretor da Afrig, em 1995. Foi reeleito para o cargo de presidente deste clube até o ano de 2002. Nessa primeira passagem, somam-se sete (7) anos como presidente do Cruzeiro. Cargo que seria ocupado no ano subsequente pelo seu irmão, Alvimar Perrella³³.

Podemos destacar que a passagem por cargos de direção do sindicato e da associação, bem como a experiência administrativa à frente da gestão do Cruzeiro, importante clube de futebol profissional do Brasil, foram significativas à inscrição de Zezé Perrella no domínio da política institucional. Sua inserção na arena política começa com sua filiação ao Partido da Frente Liberal, em 1998. Neste mesmo ano é eleito Deputado Federal por Minas Gerais. Sendo um dos candidatos mais votados neste estado.

Assumiu seu primeiro mandato eletivo em 1999, fazendo parte como membro titular na Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Já no ano de 2002, candidata-se a uma cadeira ao Senado Federal, mas não obteve êxito. Ao fim do seu mandato como parlamentar, em 2003, assume novamente o cargo de presidente do Cruzeiro. “Neste mesmo ano se filia ao Partido Liberal (PL) e logo depois passa a fazer parte do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”.

Novamente no exercício de presidente do Cruzeiro, foi eleito Deputado Estadual, em 2006. Foi eleito presidente do Cruzeiro, em 2008. “Em junho de 2010, seu nome foi oficializado como primeiro suplente na candidatura de Itamar Franco ao senado. Com o falecimento de Itamar, Perrella foi empossado em 11 de julho de 2011 para cumprir o restante do mandato. Já em março de 2016, anuncia sua saída do PDT e dias depois o ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)”³⁴.

Pode-se dizer que durante a trajetória deste agente foi possível notar que os mandatos a frente do Cruzeiro ocorrem simultaneamente aos mandatos eletivos. Algo que ocorrerá em três oportunidades. Também se pode

³³Principal fonte: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/perrella-zeze>>, acessado em Maio de 2016.

³⁴Principal fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Zeze%20Perrella>>, acessado entre Maio e Junho de 2016.

chamar atenção para o peso que a passagem por cargos de direção de um importante sindicato de Minas Gerais e de uma Associação conferem recursos importante na entrada na atividade de representação política. Assim como a experiência a frente do cruzeiro. Sem curso título superior, a trajetória deste agente mostra a experiência administrativa em diferentes espaços conferiram “trunfos” à entrada por “cima” na política institucional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida apreender como determinados agentes combinam a liderança no mundo do futebol (presidência de clube) e da política institucional (ocupação de cargos eletivos). Do mesmo modo, procurou verificar outras inscrições associadas a estas, como atividades profissionais, culturais e associativistas, buscando caracterizar as bases das multinotabilidades dos agentes.

O uso do método prosopográfico permitiu que fosse possível a constituição, via banco de dados, de informações sobre a origem social e o trajeto político da população estudada. Onde, após a utilização de frequências, foi possível construir dois padrões de carreira: Políticos que em algum momento de duas trajetórias assumem cargos de presidente de clubes de futebol e, por outro lado, presidentes de clubes de futebol que em algum momento de suas vidas assumem cargos eletivos.

Sendo assim, foram construídos perfis com o objetivo de caracterizar as “bases sociais” da população estudada, tendo como norte os trajetos políticos e dados de títulos profissionais e escolar. Esse esforço possibilitou, por sua vez, perceber como os agentes adquirem uma gama de recursos a partir de espaços distintos e múltiplos ao longo de suas vidas. Logo, a constituição de perfis de carreira pautados por padrões nos ajudou a observar quais postos foram ocupados e o que eles representam na inserção no domínio político e no futebol.

Dessa maneira, a construção de trajetórias foi um recurso metodológico importante no nosso trabalho, pois a partir dele, foi possível

perceber, a partir dos dois padrões construídos, quais foram os percursos feitos por casos exemplares dos dois perfis de carreira: os que “entraram” pela política e os que “entraram” pelo futebol. Desse modo, foi possível notar que para os casos exemplares do primeiro perfil, aproximaram-se do que podemos chamar de “políticos clássicos”, apresentando entrada na política por “baixo”, duração em cargos eletivos, formação superior na área das ciências humanas (com predomínio no Direito), alguns agentes apresentando ascendentes e descendentes com participação política, etc. Já os casos exemplares referentes ao segundo padrão de carreira, os que “entraram” pelo futebol, apresentam entrada por “cima” na política institucional, pouco tempo em cargos eletivos, com exercício empresarial como principal ocupação (o que fornece certa experiência administrativa) e passagem por associações e sindicatos.

A partir dos perfis de carreira, foi possível perceber como esses agentes adquirem notoriedade a partir de suas *multiposicionalidades*. Do mesmo modo que se destaca a combinação de recursos variados que permitiram como que determinados agentes constituem estratégias de legitimação a partir da detenção de tais recursos passíveis de serem mobilizados tanto no domínio político, quanto no domínio esportivo.

Por trabalhar com a intersecção entre a política e o futebol, fez-se necessário a constituição de um referencial teórico que nos ajudou a pensar sobre o processo de profissionalização política (pautados por um conjunto de autores franceses) e sobre o exercício da atividade de representação política no Brasil (que teve autores brasileiros como principais fontes), foi possível discutir sobre as principais características referentes à política institucional em lugares pautados por relações pessoais. Para tanto, lançamos mão de uma literatura que destacou o trabalho de *mediação* de agentes que possuem diferentes trânsitos em domínios igualmente distintos, constituindo-se como “líderes”.

Dessa maneira, a noção de *mediação* nos possibilitou perceber como determinados agentes assumem diferentes papéis ao longo de suas inscrições em espaços distintos, o que os permitiu operar com códigos discrepantes (GRILL, 2013; KARINA E VELHO, 2000). Assim, estudando sobre o exercício de representação política em lugares pautados por relações pessoais, pode-se destacar o surgimento de agentes com tais características.

Por intermédio da análise dos perfis de carreira, foi possível perceber como se dá a constituição de recursos, e como os agentes estudados constituem um variado repertório que os fornecem possibilidades de investirem em domínios pautados por indiferenciação que se refere aos princípios de seleção e hierarquização de poder.

A observação de regularidades neste segmento da elite política possibilitou perceber diversas estratégias de reprodução e variadas estruturas de recursos (herdados e adquiridos) ao longo das trajetórias. Por meio da comparação das características sociais e políticas de indivíduos que seguiram diferentes percursos - do futebol para a política ou da política para o futebol -, foi possível identificar dois padrões de imbricação entre futebol e política no país e modalidade de aquisição de reputação e notoriedade que se reforçam mutuamente. Todavia, tais padrões, quando comparados, possibilitaram compreender as múltiplas combinações de recursos que podem ser mobilizados através de posições ocupadas ao longo de trajetórias sociais e político.

Nesse sentido, o uso central desses indicadores nesta pesquisa está, evidentemente, pautado por esquema analítico que nós adotamos e que nos permitiu observar os usos de tais recursos, suas possíveis reconversões em trunfos de entrada no domínio político institucional, bem como foi possível observar sua imbricação com outras bases sociais. Assim, os perfis traçados atentam para a constituição de bases de multinotabilidade e padrões de imbricação.

Sendo assim, seguindo pistas de trabalhos de Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis, sobre agentes que adquirem *multinotabilidade* a partir de suas *multiposicionalidades*, testando tal hipótese nos domínios da política e do futebol, a partir da construção de padrões de carreira, foi possível revelar como estes dois domínios estão imbricados. Apontando, assim, para o baixo grau de autonomia destes espaços. Desse modo, essa foi uma das contribuições para a agenda de pesquisa em andamento no Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys. “Campanha em família: as veias abertas das disputas eleitorais”. In: PALMEIRA, Moacir.; BARREIRA, César. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BEZERRA, Marcos O. **Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal**/Marcos Otavio Bezerra. -Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Elites políticas e intelectuais no Brasil: condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920)/ Rodrigo da Rosa Bordignon. – 2015. 410 f. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/134146>

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Recrutamento e Modalidades de Entrada na Carreira Política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998 – 2006). **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 35 - Jan./Abr. de 2017

BOURDIEU, Pierre. “O ponto de vista do autor”. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996. (Segunda parte).

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Bourdieu, P. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, 2011. Disponível em: <http://www.rccb.unb.br>.

Bourdieu, Pierre. Os modos de dominação. In: **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002. P.191-219.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada. (1983).

BRIQUET, Jean Louis. “Une histoire de famille”. In PATRIAT, Claude, PARODI, Jean-Luc. (Orgs). **L’Hérité em Politique**. Paris: Economica, 1992.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA). **Revista Pós Ciências Sociais (UFMA)**, v. 8, p. 55-75, 2011.

CORADINI, Odaci Luuiz. Os usos das ciências sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA). **Revista Pós Ciências Sociais (UFMA)**, v. 9, n.17, p. 67-99, 2012.

CORADINI, Odaci Luiz. "Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais". in: L. O. Félix e C. P. Elmir (orgs.), **Mitos e Heróis. Construção de Imaginários**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, pp. 209-235, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. **“Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas”** / Odaci Luiz Coradini. – Rio de Janeiro: Relume Dumará : UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. Egajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: Tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e política** nº 28: 181-203 JUN. 2007.

COUTO, Cláudio. Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista. Artigo aprovado e a ser publicado em **Organizações & Sociedade**, nº 80, 2017. (no prelo).

DAMATTA, Roberto. "Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro". **Revista USP. Dossiê Futebol**, 22, São Paulo. (1994).

DAMATTA, Roberto. Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social? **Revista Novos Estudos**, Nº 4 NOVEMBRO DE 1982.

DAMO, Arlei & FERREIRA, Bernardo. No tempo das excursões – o circuito clubístico porto-alegrense e a reconfiguração de suas fronteiras em meados do século XX. **Revista de História Regional** 17(2): 378-411, 2012

DAMO, Arlei. Futebol e estética. **Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 82-91, jul./set. 2001.

DAMO, Arlei. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 9, nº 2, p-129-156. maio/agosto de 2003

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: **Escritos e Ensaios V1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a revolução de 1930 (1920 – 1964). **Revista Ciências Sociais**, ufc set 2007. P.73 – 87

GAXIE, Daniel. La autonomía de los representantes. GAXIE, D. **La Democracia Representantes**. Santiago: LOM Ediciones, 2004. (pp. 75-114).

GAXIE, Daniel. Les logiques Du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**. V. 30, n.3, 5-45, fev. 1980

GRILL, Igor. Gastal.; REIS, Eliana T. dos . O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9 (17), p. 101-121, 2012.

GRILL, Igor Gastal & REIS, Eliana T. dos. Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, no 2, 2015, pp. 331-369.

GRILL, Igor Gastal. “Especialização política: bases sócias, profissionalização e configurações de apoios”. In. Enesto Seidl, Igor Gastal Grill (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. P. 227-278.

GRILL, Igor Gastal. “Família”, Direito e Política no Rio Grande de Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. **TOMO São Cristóvão-SE** N° 10 jan./jun. 2007.

GRILL, Igor Gastal. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 10(2): 159-197, ago./2004

GRILL, Igor Gastal. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 23, n. 54, p. 21-42, jun. 2015.

GRILL, Igor. Gastal. As bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos; BARROS FILHO ; J. **Elites, profissionais e lideranças políticas: pesquisas recentes**. São Luís: EDUFMA, 2008a.

GRILL, Igor. Gastal.; REIS, Eliana T. dos. **Elites Parlamentares e a dupla arte de representar: Intersecções entre política e cultura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. 260p.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.14, 1990.

HELAL, Ronaldo & GORDON JÚNIOR, C. Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol. Sociologia, História e Romance. **Revista estudos históricos** • 1999 – 23.

HELAL, Ronaldo. Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. artigo publicado em **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 8, p.11-37, 2011.

HELAL, Ronaldo. **O que é sociologia do esporte**. Ed. *Brasiliense*. 1990

JACQUES, Defrance. La politique de l'apolitisme. Sur l'autonomisation du champ sportif, Politix. **Revue des Sciences sociales du Politique**, n° 50, vol. 13 ; 13-27, 2000. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/polix_02952319_2000_num_13_50_1084?q=jacques%20defrance

KUSCHNIR, Karina & Velho, Gilberto. Mediação e Metamorfose. In: KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP-MN-UFRJ. 95 pp. 2000

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 162 p.

LAHIRE, Bernard. **Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales**. Paris, Seuil, coll. « La couleur des idées », 2012, 393 p.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 93-113, 2007.

OFFERLÉ, Michel. Entrées en Politique. **Politix**, n.º 35, 1996.

OFFERLÉ, Michel. Movilización electoral e invención Del ciudadano. El exemplo del médio urbano francês a fines del siglo XIX. In: OFFERLÉ, M. **Perímetros de lo político: contribuciones a uma sócio-historia de la política**. (pp. 153-173), 2011.

OFFERLÉ, Michel. Professions et Profession Politique. In: OFFERLÉ, M. **La Profession politique**. Paris: Belin, 1999.

PALMEIRA, Moacir. **Política ambígua** / Moacir Palmeira e Beatriz Maria Alasia de Heredia. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A & LACROIX, B. (orgs). **Nobert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PILZ, Gunter A. Sociologia do esporte na Alemanha. **Revista Estudos históricos**, v. 13, n. 23 (1999).

REIS, Eliana T. dos; GRILL, Igor. Gastal. A universidade como um 'viveiro' de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12(23), p. 61-90, 2015.

REIS, Eliana T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015. 342p

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

SILVA, T. M. A bancada da bola no legislativo carioca: concepções, cálculos e evidências de uma representação singular. 2013.

WILLEMEZ, L. "La Republique des Avocats". In: OFFERLÉ, M. **La Profession politique**. Paris: Belin, 1999.

Sites visitados

- <http://www.danielnepomuceno.com.br/perfil>, acessado em Maio de 2016.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADbal_Khury, acessado em Junho de 2016.
- <http://www.furacao.com/historia/presidentes/khury.php>, acessado em Junho de 2016.
- <http://taquaraonline.blogspot.com.br/2011/04/morre-jose-mendonca.html>, acessado em Junho de 2016.
- <http://revistaviverbrasil.com.br/plus/modulos/listas/?tac=noticias-ler&id=484#.WX45EljyvlU>, acessado em junho de 2017.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Magalh%C3%A3es, acessado em Junho de 2016.
- <https://sites.google.com/site/valdivinojosedoliveira/biografia>, acessado em Maio de 2016.
- <http://www.al.ba.gov.br/deputados/Deputados-Interna.php?id=186>, acessado em Junho de 2016.
- http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=162490&tipo=1, acessado em Julho de 2016.
- <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rui-da-costa-val>, acesso em Junho de 2016.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Laudo_Natel, acessado em Junho de 2016.
- <http://www.al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico/23-pdt/236-evandro-leitao>, acessado em Maio de 2016.
- <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/mendonca-filho-dem-ministro-da-educacao-e-cultura-do-governo-temer.html>, acessado em Junho de 2016.
- <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/morre+em+sp+o+exdeputado+jose+mendonca+bezerra/n1300097697492.html>, acesso em Junho de 2016.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mendon%C3%A7a_Bezerra, acesso em Junho de 2016.
- <http://www.revistanegociospe.com.br/materia/Portas-abertas>, acessado em Junho de 2016.
- <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=848922>, acessado em Junho de 2017.
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Nabi_Abi_Chedid, acessado em Junho de 2016.
- <http://oglobo.globo.com/esportes/politica-gremio-tomaram-conta-da-vida-de-romildo-bolzan-jr-desde-cedo-11946224>, acessado em Julho de 2016).
- <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/romildo-bolzan-e-cidadao-de-porto-alegre>, acessado em Julho de 2017.

<http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/romildo-bolzan-e-cidadao-de-porto-alegre>, acessado em Julho de 2017.

<http://alegriaefelicidade.blogspot.com.br/2009/06/biografia-de-andres-sanchez-presidente.html>, acessado em Julho de 2017.

<http://www.andressanchez.com.br/www.andressanchez.com.br/historia/index.html>, acessado em Julho de 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9s_Sanchez, acessado em Maio de 2016.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/perrella-zeze>, acessado em Maio de 2016.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Zez%C3%A9_Perrella, acessado entre Maio e Junho de 2016.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Odone, acessado em Maio de 2016.